

1. Introdução

O ano de 2004 constituiu o primeiro exercício completo de vigência do novo modelo de organização institucional da Região Demarcada do Douro traduzido pelo pleno funcionamento do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP).

Se bem que fruto da nova organização, com início em 26 de Novembro, já em 2003 se tenha assistido a alterações no funcionamento da gestão das DO Porto e Douro, certo é que foi em 2004 que se fizeram sentir as grandes mudanças, em particular, a instalação do novo quadro interprofissional, a alteração do modelo de gestão da DO Douro (e Vinho Regional Terras Durienses) e a instalação do novo modelo de gestão da vindima.

Se a implementação do interprofissionalismo, que não depende apenas de factores internos, decorre ainda, aguardando-se a conclusão do processo de constituição dos órgãos de gestão do IVDP através da nomeação pelo Governo, do presidente do conselho fiscal, já as restantes alterações dependem, quase em exclusivo, da Direcção e da estrutura técnica do instituto e muitos foram os passos já dados.

Sendo certo que ainda é cedo para avaliarmos o sucesso das alterações introduzidas, estamos em crer que muito se progrediu no sentido da simplificação e uniformização dos procedimentos que envolvem e consomem tempo aos mais diferentes agentes económicos durienses.

Mas se muito foi feito, temos plena consciência de que muito mais há a fazer, sendo elevada a expectativa que sobre nós paira por parte de todos, o que não constituirá, porém, factor inibidor da mudança, antes pelo contrário, motivar-nos-á para, em ritmo certo e paulatinamente, as conseguirmos implementar e consolidar.

Por outro lado não poderemos deixar de referir que a implementação do novo modelo decorreu num quadro de enorme precariedade no que aos recursos humanos diz respeito, pois fruto das políticas de controlo da despesa publica não nos tem sido possível a integração nos quadros dos colaboradores imprescindíveis ao bom desenrolar dos projectos. Ora este estado das coisas levou-nos a um maior consumo de tempo e energias, dificultando uma adequada motivação das pessoas envolvidas, sendo certo que o IVDP, à semelhança do anterior IVP, não só assegura um correcto equilíbrio das suas receitas e despesas como é um claro exemplo de uma instituição que tem sabido implementar uma política de ganhos de produtividade, traduzidos quer por uma melhor eficiência da sua intervenção (perceptível pelos utilizadores) quer pelo facto de ter conseguido alocar uma significativa fatia do orçamento à promoção dos vinhos sem aumento das taxas.

Mas se a implementação da reforma institucional se vai consolidando, com a plena assumpção de novas responsabilidades por parte do IVDP, a que se seguirá a melhoria dos modelos e níveis de organização, com vista à optimização dos recursos internos, um pleno sucesso daquela reforma só será possível com a resolução da actual situação económica e financeira da Casa do Douro. De facto, por um lado, tal situação é determinante para uma boa prestação dos serviços ao IVDP, em qualidade e prazo, e que lhe competem no quadro do "Contrato de Prestação de Serviços de Laboratório" e do "Protocolo relativo à utilização e actualização do Cadastro" recentemente assinados, por outro lado a resolução daqueles problemas revela-se igualmente importante para este Instituto na qualidade de credor de verbas avultadas, umas transitadas da CIRDD, outras do IVP/IVDP, e cujo recebimento permitirá substanciais reforços nos investimentos de promoção dos Vinhos do Porto e do Douro.

2. O Conselho Interprofissional

Uma das alterações mais profundas no novo quadro institucional da RDD constituiu a integração no IVDP de um Conselho Interprofissional constituídos por 2 vice-presidentes e 24 outros representantes das profissões, num modelo cruzado, correspondendo cada vice-presidente e 12 a cada profissão (produção e comércio) e 12 a cada Denominação de Origem (Douro e Porto).

Em ritmo mais lento do que o que seria expectável, condicionado por alterações ao nível do Governo, os diferentes órgãos do IVDP foram sendo designados, embora se tenha terminado o exercício de 2004 sem que o instituto tenha visto nomeado o Presidente do Conselho Fiscal, da responsabilidade do Ministério das Finanças, sem que se sejam conhecidas razões para tal.

Assim, em 20 de Janeiro de 2004, tomou posse a actual Direcção, seguindo-se a designação do Conselho Interprofissional por despacho ministerial n.º 12 554, de 15 de Junho do mesmo ano e, logo a seguir os vice-presidentes do Conselho Interprofissional através do Despacho n.º 14342/2004 (2.ª série), de 20 de Julho de 2004. Tal significou que, por imperativos operacionais, nos termos da Lei Orgânica do IVDP, o início das discussões preparatórias para a vindima de 2004 se efectuasse no seio do anterior Conselho Geral da Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro.

Posteriormente foram designados, por proposta das profissões, os membros do Conselho Fiscal [Despacho n.º 14 343/2004 (2.ª série)] e, a 14 de Dezembro, por proposta da Direcção, o Conselho Consultivo do IVDP [Despacho n.º 2278/2005 (2.ª série)].

Embora ainda não completado este ciclo, foi dado um significativo avanço na sua concretização, não podendo ser atribuídas à instituição quaisquer responsabilidades por, passados 15 meses, após a publicação da sua Lei Orgânica, o mesmo não estar encerrado.

A prová-lo está o facto de durante 2004 terem sido efectuadas 16 reuniões do interprofissional, das quais 5 foram plenárias, 8 da secção Porto (as 2 primeiras com os membros do antigo CG da CIRDD) e 3 da secção Douro e onde foi possível desenvolver um longo trabalho de que se destaca, para além da elaboração de um Programa de Trabalhos (que constitui anexo a este relatório) a cuidada e nem sempre pacífica preparação da vindima de 2004 (que culminou com a aprovação do respectivo comunicado de vindima em 1 de Agosto de 2004) assim como outros documentos de natureza regulamentadora, de que se destacam:

- s O Programa de Trabalhos do CI (Anexo I) que, porventura ambicioso, constitui o documento de orientação e referência para os 3 anos de mandato do actual Conselho Interprofissional, estando as tarefas classificadas por níveis (Estratégico e Técnico Profissional) e distribuídas pelos diferentes órgãos (Mesa do CI, Secções Especializadas ou Plenário)
- s O Comunicado de Vindima documento que estabelece, anualmente, as bases para a produção, elaboração e transacção de uvas e mostos aptos à atribuição das denominações de origem vinho do Porto e vinho do Douro produzidos na Região Demarcada do Douro (RDD), bem como dos respectivos vinhos. Este Comunicado incorporou as normas estabelecidas por cada secção especializada "Porto" e "Douro" nomeadamente a fixação anual da quantidade de mosto que deve ser beneficiado em cada ano, bem como dos ajustamentos ao rendimento máximo por hectare, tendo sido aprovado pelo plenário do Conselho Interprofissional.
- s Diversos outros documentos tais como o Regimento Interno do Conselho Interprofissional, o Regulamento da Câmara de Prova e o Regulamento da Junta Consultiva de Prova para os vinhos do Douro.

- s Finalmente, é de referir o processo de preparação do caderno de encargos para elaboração do Plano Estratégico para o sector vitivinícola da RDD, que pretende construir uma estratégia, credível, realística e exequível, para melhorar a competitividade a longo prazo e aumentar o valor do Sector e a rentabilidade de toda a fileira, sem perder de vista as implicações sociais inerentes a região de monocultura e a necessidade de se promover uma equilibrada repartição do valor acrescentado (para o que é necessário o alargamento do mercado dos vinhos da RDD, sua valorização e melhoria da competitividade, eliminando as desvantagens competitivas, nomeadamente pelo aligeirando no plano legislativo e dos procedimentos administrativos).

3. Actividades Desenvolvidas

3.1. Protecção Jurídica da Denominação de Origem

Em 2004 destaca-se o desenvolvimento de regulamentação para as denominações de origem Porto e Douro na sequência da alteração institucional da RDD, a intensificação da defesa das referidas denominações de origem, a aplicação de disposições do Comunicado de Vindima e, ainda, o crescente instaurar de processos de contra-ordenação.

Em consequência da alteração institucional, o IVDP desenvolveu instrumentos de inscrição e identificação de operadores de modo a facilitar a actividade de controlo e fiscalização. A estes mecanismos internos acresce a elaboração de nova regulamentação destinada aos vinhos com DO Porto e Douro. Destacamos a preparação dos regulamentos sobre a aguardente para as denominações de origem Douro (Moscatel do Douro) e Porto, sobre as Categorias Especiais de Vinho do Porto, e sobre a Câmara de Provadores e a Junta Consultiva dos Vinhos do Douro.

A protecção da DO Porto contou com alguns desenvolvimentos positivos quer no que respeita à conclusão de acordos internacionais sobre o comércio de vinhos quer na componente de luta contra as imitações e usurpações. São de sublinhar os avanços verificados nas negociações com a Austrália e com os países do Mercosul e, em especial, a entrada em vigor do acordo com o Canadá que protege a Denominação de Origem Porto naquele mercado. Apesar dos esforços devemos salientar o fracasso das negociações com os EUA.

No combate às fraudes acentuamos as reclamações e acções judiciais instauradas contra pedidos de registos de marcas confundíveis com as designações Douro ou Porto, quer no quadro dos produtos comparáveis quer em relação à sua utilização em produtos de natureza diferente mas em que pode existir um aproveitamento do prestígio da denominação de origem ou pode verificar-se um prejuízo para o seu carácter distintivo. No domínio das usurpações e imitações, foi com sucesso que pugnamos pela defesa da DO Porto no Chile, Brasil, Alemanha e Áustria. No plano multilateral temos defendido uma protecção eficaz das indicações geográficas no âmbito do acordo relativo aos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (TRIP's).

Temos acompanhado atentamente o incremento de obstáculos ao comércio de vinho por parte de países como a Noruega, os EUA, a Nova-Zelândia e, ainda, alguns da América Central e do Sul. Tratam-se de medidas que poderão violar os acordos concluídos no quadro da Organização Mundial do Comércio, designadamente o acordo sobre os Obstáculos Técnicos ao Comércio.

No que respeita à actividade de regulação vitícola distinguimos a execução de algumas disposições constantes do Comunicado de Vindima 2004 designadamente as relativas às confirmações de compra, às modalidades de pagamento, e à verificação da identidade e da documentação fornecida pelos viticultores. Na garantia do cumprimento das disposições disciplinadoras do sector vitivinícola

na RDD procedemos à aplicação do regime de infracções previsto no Decreto-Lei n.º 213/2004, de 23 de Agosto, através da instauração de 5 processos de contra-ordenação.

Por fim, o IVDP esteve presente em conferências internacionais onde apresentou de temas relativos ao regime jurídico e à protecção das denominações de origem, onde se destacam: "Geographical Terms in Trademarks" (AIDV); "Unfair Competition or Intellectual Property Right: the Port Wine Traditional Expressions" (AIDV); "Registration requirements for names of wine and other products" (Comissão Europeia); "The TRIPS Agreement, the Bilateral Agreements on Trade in Wine and the Philosophy of the WTO" (OIV); "Benefits and Difficulties on the Protection of Geographical Indications; the Port Appellation of Origin Experience" (Instituto Europeu de Patentes/OMPI).

3.2. Controlo e Gestão das Denominações de Origem

Na assumpção das novas competências atribuídas pelo novo modelo institucional, os serviços do Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, no Peso da Régua, sofreram uma profunda alteração para poderem responder a um maior número de solicitações resultantes do acréscimo das referidas competências, principalmente as de certificação e controlo da DO Douro e IG Terras Durienses.

Com o objectivo de responder de forma adequada às solicitações de todos os interlocutores, foram desenvolvidos pelos diferentes serviços, várias aplicações, bem como novas metodologias e procedimentos que de seguida enunciamos.

3.2.1. Serviços de Controlo Administrativo

Os Serviços de Controlo Administrativo da Régua realizaram, durante o ano de 2004, um trabalho diversificado envolvendo 4 vertentes principais:

i) Declaração de Existências (DE)

Em Fevereiro e Setembro foram recepcionadas e validadas as Declarações de Existência de todos os operadores com existências de produtos víquicos da Região, tendo sido remetidas aos serviços

- s DE Fevereiro 2004 - 952 declarações (728 na Régua, 151 nas Delegações da CD e 74 no Porto)
- s DE Julho 2004 - 674 declarações

As DE de Fevereiro 2004 estiveram na base, após análise e validação dos dados de que dispúnhamos, da abertura de contas de DOC Douro e IG Terras Durienses dos operadores, numa aplicação de AS 400 desenvolvida pelos Serviços de Informática.

ii) Recepção das DCP (Declarações de Colheita e Produção)

A partir de final de Outubro foram remetidas para os serviços as DCP's relativas à Vindima de 2004, tendo sido recepcionadas 12.654 processos através de uma aplicação informática desenvolvida, pelos Serviços de Informática. A recepção e validação das DCP's envolveu também a verificação da sua consistência com os dados das Autorizações de Produção de Mosto Generoso (APMG): produtividades de parcelas, limites na aplicação de Aguardente, nº contribuinte do operador e titular do centro de vinificação, indicação do nº dos Entrepósitos Fiscais, bem como o movimento financeiro de recepção e conferência do valor de taxas das DCP's e quotas devidas da Casa do Douro.

É através das DCP's que são inscritas, nas contas correntes das entidades, os correspondentes valores de Vindima relativamente a cada um dos produtos, permitindo a partir daí a movimentação dos vinhos entre entidades e armazéns.

iii) Recepção dos NIB's de produtores para realização dos Pagamentos de Vindima.

Foram recebidos nos serviços 6.506 NIB's. Após a sua validação, pelos serviços de contencioso do IVDP, foram introduzidos no sistema AS-400, cumprindo rigorosas regras de segurança.

Os pagamentos da vindima de 2004 (Base IV e Base V), efectuados ao abrigo das "Modalidades de Pagamento" previstas Comunicado de Vindima foram inseridos através de aplicação própria desenvolvida para o efeito pelos Serviços de Informática, tendo-se obtido os seguintes resultados:

- s Valor depositado na Conta Produtores Vindima 2004 - 113.023.556,59 Euros.
- s Pagamentos através de Transferência Bancária: 64.027.392,13 euros - 7.358 transferências.
- s Pagamentos através de Levantamento na CGD: 48.996.164,46 euros - 6.893 pagamentos.

iv) Movimentos em contas correntes

Com o processo de fusão e reestruturação Institucional, foi necessário desenvolver um modelo de movimentação de contas correntes alargado a outros produtos para além do Generoso e Porto. Esse modelo consiste na tradução para a conta corrente de todos os movimentos realizados com vinhos e produtos vínicos. Para os operadores tomarem conhecimento desses mesmos movimentos definiram-se novas condições de comunicação. Assim, tornaram-se obrigatórias as comunicações das vendas no MN até ao dia 15 do mês seguinte, bem como a entrega de uma RCDO antes de qualquer expedição/exportação.

Os principais movimentos apresentam-se no quadro seguinte:

QUADRO RESUMO QUANTITATIVO DOS MOVIMENTOS REALIZADOS EM CONTA CORRENTE		
Descrição	N.º Mov.	Valor (litros)
Certificados Vinho Generoso para EG	3.120	70.142.620
Saídas de Vinho Porto para EG (engarrafado e Granel)	382	1.379.919
Comunicações Vendas Mercado Nacional de Vinho do Porto	296	1.316.150
Expedições/exportações de Vinho do Porto	1.394	6.340.170
Compras e Vendas de Vinho Generoso	213	37.042.224
Saídas de Vinho Douro e Regional Terras Durienses para fora da RDD	398	8.232.846
Comunicações Vendas Mercado Nacional de Vinho do Douro e Terras Durienses	781	10.145.843
Expedições/exportações de Vinho do Douro e Terras Durienses	1941	2.052.061
Compras e Vendas de Vinho Douro e Regional Terras Durienses	249	11.339.657
Desclassificações para Vinho de Mesa	310	17.568.724
Desclassificações para Vinho Regional	28	1.335.018
Autoconsumo	260	155.849

3.2.2. Serviços de Cadastro

Na sequência da assinatura do Protocolo relativo ao sistema de informação vitivinícola da RDD entre a CD, o IVV, o IVP e a DRATM e das atribuições da sua Lei Orgânica, nomeadamente, os nºs 6, 7 e 8, do art. 13.º do DL 278/2003, de 6 de Novembro, considerou-se importante a existência de um serviço que promovesse a compatibilização do Ficheiro Vitivinícola e da informação cadastral da Casa do Douro.

O Serviço de Cadastro (SC) desenvolveu alguns trabalhos com vista a essa compatibilização, quer através de participação no grupo de trabalho constituído por decisão do Conselho Interprofissional relativo à aplicação do art. 6.º do DL 254/1998, de 11 de Agosto, quer na elaboração das especificações técnicas para a aquisição de uma cobertura aerofotográfica de parte da RDD (concelho de Alijó) destinada à elaboração de ortofotomapas digitais, tendo como finalidade a constituição de um projecto-piloto, neste concelho, para a compatibilização supracitada.

O SC efectuou igualmente todo o trabalho relacionado com a cultura da vinha, nomeadamente:

- s Recepção de 146 pedidos de transferência de direitos de replantação (TDR) dentro da RDD (Portaria 1056/2000) bem como a emissão dos respectivos pareceres;
- s Recepção de 63 pedidos de TDR de fora da RDD (Portaria 1056/2000 e Despachos n.º 21829/2004 e 24087/2004) e emissão dos respectivos pareceres;
- s Recepção de 162 pedidos de reestruturação de vinhas ao abrigo do art. 10.º do DL 254/98, de 11 de Agosto;
- s Esclarecimentos relativos a direitos de replantação e ao enquadramento legal de parcelas de vinha.

O Atendimento de Vindima, igualmente integrado neste serviço, teve início com a entrega da informação cadastral das parcelas de vinha pelo serviço de Cadastro da CD, em 20 de Agosto:

- s Recepção e tratamento das reclamações sobre a não recepção das APMG's ou incorrecções na sua emissão;
- s Recepção e encaminhamento para o Cadastro da CD das reclamações sobre a não recepção ou situação cadastral constante nas circulares de cepas da CD;
- s Análise e recepção dos processos de rectificação de informação cadastral remetidos pelo Cadastro da Casa do Douro e emissão das respectivas APMG's;
- s Análise dos processos de reestruturação de vinha ao abrigo do DL 254/98 remetidos pelo Cadastro da CD e emissão das respectivas APMG's;
- s Atendimento telefónico da linha verde;
- s Análise e instauração de procedimentos administrativos para situações irregulares nas transacções de APMG's.

Este ano verificaram-se ainda algumas situações excepcionais que aumentaram o volume de trabalho do atendimento de vindima, designadamente:

- s Ciclo vegetativo - Murça (196)
- s Gestão da produção da casta Moscatel (1354);
- s Recepção e análise dos pedidos de rectificação de DCP, de acordo com a Circular n.º9/ 2004, para efeitos de declaração de DO Douro.

Quadro 1 - Entidades retidas para efeitos de emissão de APMG's por motivos

Descrição do Motivo	QTD
Taxas de Aguardente/Outras em atraso	15
Entidade/Contas Correntes	2
Direcção IVDP/Descontos/vários	33
Não entrega da Declaração de Colheita e Produção	5.707
Cartão não reclamado Vindima Anterior	2.924
APMG enviada para a Adega	3
Casta Moscatel	1.354
Morada no estrangeiro	7
Outros - Créditos / Processos do IVDP	1
Reconstituição de stocks	1
Varejos / Fiscalizações	11
Situações Anormais do Ciclo Vegetativo	196
TOTAL	10.254

Quadro 2 - Autorizações de Produção de Mosto Generoso:

Criadas	44.826
Emitidas	43.524
Telepost	32.667
SAV Régua	10.857
Devolvidas pelos CTT	286
Reclamadas	76

Quadro 3 - Processos de vindima analisados:

Reclamações	1.001
Divisões de APMG's	61
Emissão de 2. ^{as} vias de APMG's	128
Rectificação de DCP's	77
Outros	731
Processos Casa do Douro	2.118
Alteração situação Circular Cepas	794
Litígio titularidade parcelas	11
Moscatel	235
Resposta rectificação DCP	81
Reestruturação	997
TOTAL	3.119
Linha Verde (1 Setembro a 1 Novembro)	1.208

3.2.3. Medidas de Intervenção

No âmbito do protocolo estabelecido com o Instituto da Vinha e do Vinho (IVV), compete ao IVDP a divulgação e o processamento administrativo e de controlo, na área da RDD, para as Medidas de Intervenção (MI) previstas na Organização Comum do Mercado Vitivinícola.

O quadro seguinte resume o volume de trabalho desenvolvido no âmbito das medidas de intervenção para a campanha de 2003/04.

O valor das ajudas processadas totalizaram cerca 3.318 m€.

Quadro				
Medida de Intervenção	Doc. Validados	Processos p/Aprovação	Pedidos de Ajuda processados	Controlos
Prestação Vínica	4.143		668	271
Destilação Voluntária	322	26	16	46
Proposta de Entrega de Álcool	51		14	14
Armazenagem Privada	0	19	13	3

Relativamente a 2003 verificou-se um aumento substancial das candidaturas de operadores da RDD às Medidas Facultativas, Destilação Voluntária e Armazenagem Privada.

3.2.4. DO Douro

3.2.4.1. Serviços de Fiscalização Externa

i) Rótulos

Paralelamente à gestão das contas correntes pelos Serviços de Controlo Administrativo, os Serviços de Fiscalização Externa efectuaram a apreciação dos rótulos e maquetas a utilizar na comercialização dos Vinhos DOC Douro e IG Terras Durienses. Essa apreciação tem como ponto de partida os dados analíticos do registo do lote, previamente aprovado pelo IVDP, já associado a um valor em conta corrente. Durante o ano foram aprovados 1322 rótulos e reprovados 109.

No sentido de se permitir a impressão de selos incorporados no contra-rótulo foram definidas condições e procedimentos para a acreditação de gráficas. Foram analisados 15 processos de acreditação e foram acreditadas 13 gráficas.

ii) Fiscalização de Vindima

Tal como em anos anteriores durante o período de vindima são desenvolvidas pelos Serviços de Fiscalização algumas acções específicas para esta altura. A vindima de 2004 decorreu sem grandes percalços e, exceptuando algumas situações sem grande gravidade, não se detectaram ilegalidades.

Os controlos, durante o período de vindimas, incidiram com mais insistência no interior da RDD, para de algum modo ir familiarizando os operadores aos normativos em vigor, informando-os da legislação, das exigências do Comunicado de Vindima e também de uma série de legislação mais recente criada para o País e para a RDD.

As acções realizaram-se durante um período de 40 dias, entre 6 de Setembro e 15 de Outubro.

À semelhança do ano anterior, uma das acções tinha por objectivo fiscalizar a venda das Autorizações de Produção de Mosto Generoso (APMG). Nos primeiros dias após a emissão das autorizações referidas e durante as duas primeiras feiras semanais, foram formadas 4 equipas, cada uma constituída por 2 fiscais do IVDP, para efectuar o acompanhamento das transacções das APMG. A nossa presença teve, como em anos anteriores, o efeito de dispersar a concentração dos viticultores. Constatou-se durante a execução deste serviço que, este ano, e devido ao pagamento por NIB, não se transaccionavam as APMG, e que a presença dos viticultores derivava de hábitos adquiridos com o objectivo de conhecerem o preço, a quantidade e qualidade esperadas.

iii) Controlo nos Centros de Vinificação

AD Vínica

- s 7.960.460 litros verificados fisicamente
- s 32 amostras colhidas relativas a 2.715.823 litros de AD.

Controlo e recolha dos registos de entrada de uvas (REU)

- s 95 REU recolhidos, 15 em situação irregular

Controlo à elaboração de Vinho de “Quinta”

- s 20 situações controlas, 2 em situação irregular

iv) Controlo de Trânsito de Produtos Vínicos

- s 397 viaturas inspeccionadas
- s 22 situações irregulares de falta de cartão de viticultor.
- s Uma única apreensão de uvas

v) Fiscalização das DO Douro e IG Terras Durienses

Em colaboração com o IVV e para combater a venda ilegal de vinho designado de “pasto” efectuaram-se 8 verificações físicas e contabilísticas de existências. Destas resultaram alguns processos contra-ordenacionais cuja instrução ficou a cargo do IVV.

Com o aumento do número de operadores e da área de actuação (da RDD e EG para a DOC Porto passou a ser todo o País para os Vinhos DOC Douro e IG Terras Durienses) diversificaram-se os serviços, aplicando em muitos casos a experiência adquirida com as metodologias utilizadas nos controlos à DOC Porto.

Enumeram-se de seguida algumas das acções desenvolvidas durante este ano:

SERVIÇO	Nº de Serviços
Auto de Notícia	41
Auto de Notícia e Despejo	6
Auto de Notícia e Desselagem	4
Auto de Notícia e Selagem	10
Auto de Notícia e Selagem - Colheitas de Amostras	24
Auto de Desselagem e Selagem	68
Auto de Devoluções	3
Transferência a granel	65
Auto de Desselagem	59
Auto de Selagem	26
Auto de selagem - Obtenção Capacidade de Venda	3
Vinhos de Qta- Apuramento Físico	14
Fiscalização de Denominação de Origem	643

Na continuidade dos anos anteriores, mas agora com a preocupação de apurar todo tipo de produtos vínicos existentes, os Serviços de Fiscalização efectuaram 42 verificações de existências onde se apuraram as seguintes quantidades (litros):

Vinho Generoso	6.591.963,75
VQPRD	5,786,480.125
Regional	725,481.500
Vinho de Mesa	4,226,702.750
Vinho Licoroso	252,837.000
Moscatel	335,700.000
Aguardente	178,244.000

3.2.4.2. Serviços de Auditoria de Qualidade e Controlo Laboratorial

A acção do Serviço de Auditoria e Qualidade do Douro incidiu sobre as seguintes áreas:

i) Auditorias de Qualidade

Foi efectuado um levantamento dos agentes económicos do Douro como é possível verificar no Quadro I, e realizadas 40 auditorias do processo produtivo (estado das instalações, condições de funcionamento, inspecção de materiais e objectos destinados a entrar em contacto com os vinhos, produtos e processos de limpeza e manutenção, análise dos sistemas de verificação e resultados pelas empresas que utilizam tal controlo, nos termos do Decreto-Lei nº 132/2000, de Junho), para efeitos de inscrição no I VDP como agente económico do Douro.

Quadro I - Agentes económicos Douro

Agentes económicos	N.º
Inscritos em 31/12/04	410
Inscritos com actividade	320
Inscritos sem actividade	64
Inscritos em 2004	26

ii) Controlo do produto nos pontos de venda

À semelhança do controlo existente para o vinho do Porto, foram adquiridas nos principais pontos de vendas do mercado nacional 95 amostras em duplicado de vinhos DOC Douro e Regionais Terras Durienses, que foram submetidas a análise sensorial e laboratorial, para controlo de qualidade.

Do universo das 95 amostras adquiridas em Portugal, abrangemos 53 empresas, sendo 13 Adegas Cooperativas da R.D.D., 21 Operadores da RDD, 12 Operadores do Resto do País e 7 de Operadores do Entrepasto de Gaia.

Das 95 amostras consideradas: 80 são VQPRD's, 11 Regionais Terras Durienses e 4 Moscatel do Douro.

Em termos de categoria, dos 95 vinhos adquiridos, 6 são Reserva, 1 Grande Escolha, 1 Colheita Seleccionada, 1 Garrafeira e 86 correntes (ano de colheita).

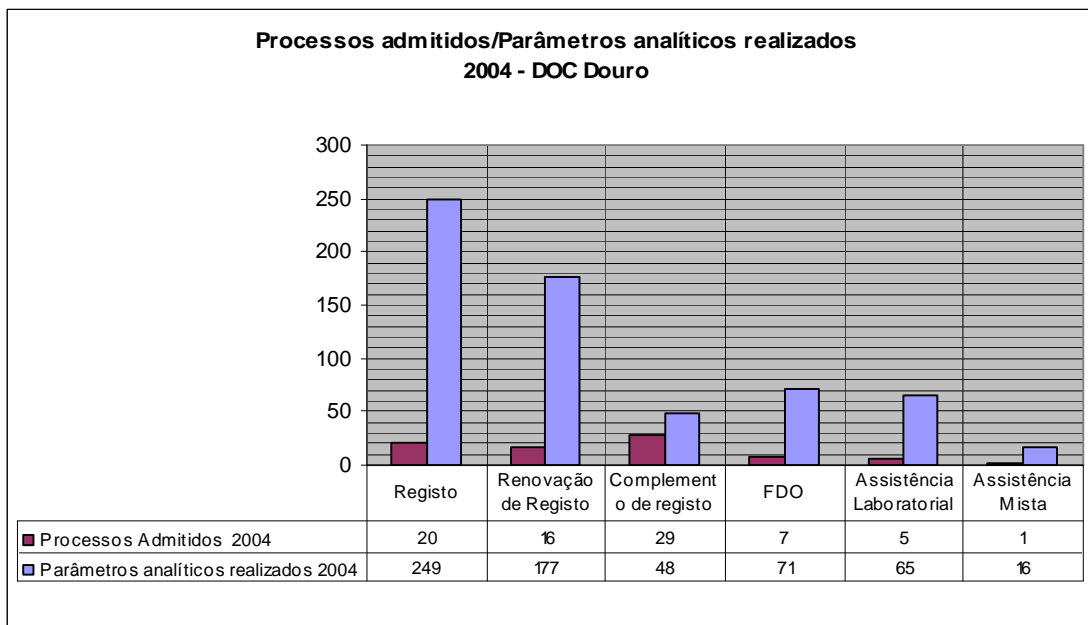
Das 95 amostras adquiridas, 4 reprovaram na prova e dessas 4, 2 são de adegas cooperativas 1 de um Operador de Gaia e 1 de um Operador da RDD.

No decurso das acções de controlo nos pontos de venda foram ainda feitas duas apreensões em dois estabelecimentos, em Portugal, de três vinhos que se encontravam em situação irregular, num volume total apreendido de 4.968,75 litros.

iii) Controlo Laboratorial

O Ano de 2004, marcou o início da actividade de controlo da DOC Douro.

O laboratório do IVDP foi responsável pela execução das análises dos Vinhos Moscatel (certificação e controlo) e dos Vinhos DOC Douro oriundos de acções de controlos em pontos de venda.

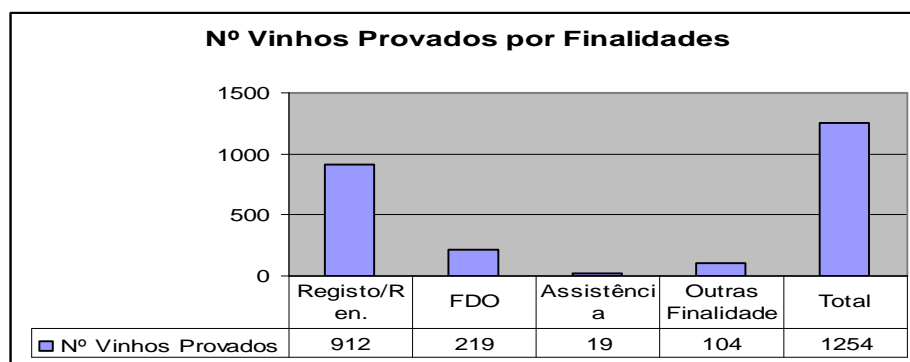


Os processos correspondentes à certificação da DOC Douro (Registo, Renovação de Registo, Complemento de Registo) representam 83% dos processos admitidos no laboratório do IVDP

Foram efectuados 628 parâmetros em Vinhos DOC Douro, com uma maior incidência nos processos ligados à certificação

iii) Controlo Sensorial

O ano de 2004 foi o ano de arranque das novas competências de atribuição de DO e controlo de vinhos VQPRD Douro, Regional Terras Durienses e Moscatel. Por esse motivo não é possível a comparação com anos anteriores. No entanto, tendo em consideração que a Câmara de Provedores "Douro" funciona dois dias por semana, enquanto que a do "Porto" funciona 5 dias, poder-se-á fazer uma comparação entre o número médio de vinhos provados em cada uma delas e concluir-se que na Câmara de Provedores "Douro", o número médio foi ligeiramente inferior, o que é compreensível uma vez trata-se do ano inicial.



Durante este ano, foram elaborados e aprovados no Conselho Interprofissional os regulamentos da Câmara de Provedores e Junta Consultiva de Provedores relativos à secção "Douro". Foram igualmente efectuadas reuniões preparatórias para o arranque dessa Câmara de Provedores.

Com o intuito de preparar provadores do IVDP para integrarem esse júri foi dada formação interna bissemanal.

Tendo mais uma vez como valores de comparação os da Câmara de Provadores "Porto", pode-se dizer que o número de FDO's foi baixo, o que também seria de esperar para um ano de arranque.

De realçar ainda o elevado nº de registos e de renovações de registo, que representam 73% dos vinhos apreciados.

3.2.5. DO Porto

3.2.5.1. Controlo Administrativo e Fiscalização Externa

As actividades desenvolvidas ao longo do ano de 2004 reflectiram o amadurecimento da implementação das novas funções consequência do processo de reestruturação Institucional verificado no ano anterior.

Para a Denominação de Origem Porto, consolidou-se o modelo de controlo de acções de fiscalização, ajustando-se o sorteio informático a critérios mais finos de selecção das empresas. Optou-se por efectuar o mesmo número de acções aos armazéns de produto acabado e linhas de engarrafamento, intensificando-se a diversidade de registos controlados, não apenas em vinhos correntes como também nas Categorias Especiais.

Nas 1.426 acções de Fiscalização da Denominação de Origem sorteadas às linhas de engarrafamento e armazéns, realizadas em 2004, foram colhidas 1 244 amostras dos diversos tipos de Vinho do Porto que estavam, ou a ser engarrafados no momento da acção, ou em armazém, para serem submetidos à apreciação dos Serviços Técnicos do IVDP. Destas 1 244 reprovaram 76 amostras, sendo detectadas 64 desconformidades a nível de prova, 11 relativas a aspectos analíticos e 1 processo que tanto na prova como a nível analítico se apresentava não conforme. Estes processos deram origem a advertência escrita aos operadores, no sentido de procederem à sua correcção. Verificaram-se ainda 15 casos mais graves, relacionados com aspectos qualitativos e que condicionaram a comercialização, conduzindo à anulação do Registo e despejo dos vinhos engarrafados, num total de 25.565 litros.

Relativamente ao procedimento administrativo de validação/certificação de DAA's, com a obrigatoriedade de processamento destes documentos por via electrónica (Decreto-Lei n.º 162/2004, de 3 De Julho), o IVDP participou no grupo de trabalho que validou os ajustamentos da aplicação desenvolvida para o Ministério das Finanças no sentido de a tornar adequada às exigências do sector vitivinícola.

No quadro seguinte, apresentam-se alguns dados estatísticos relativos às acções mais significativas realizadas por estes Serviços:

QUADRO RESUMO QUANTITATIVO DAS ACÇÕES DE CONTROLO E FISCALIZAÇÃO

I - Acções controlo	
a) Iniciativa IVDP	2893
Acções de FDO sorteadas	1426
Sendo colhidas amostras para F.D.O.	1244
Colheita de amostras - Vinho Biológico	1
Colheita de amostras de AD Vínica	16
Varejos	2
Apuramento Físico de existências - Vinho do Porto	91
Apuramento Físico de rótulos	3
Apuramento Físico de existências - Vinhos de Quinta	7
Selagem de Vinho do Porto	12
Desselagem e Entrega de Vinho do Porto	34
Assistência a Despejos de Vinho do Porto	23
b) A solicitação operador	4683
Colheita de amostras FDO / Brasil	100
Colheita de amostras e Selagem de Vinho do Porto para modificar / desclassificar	41
Recepção a cisternas com Vinho Generoso do Douro	3149
Recepção de Vinho do Porto devolvido	34
Transferência de Vinho do Porto a granel	69
Acompanhamento a cedências de Vinho do Porto	30
Acompanhamento a operações de modificação de Vinho do Porto	28
Entrega Vinho do Porto modificado / desclassificado	42
Acompanhamento do Vinho do Porto armazenado nas instalações de terceiros	353
Acompanhamento a operações de carregamento e selagem de cisternas com AD	508
Recepção de cisternas com AD Vínica para Vinho do Porto	69
Recepção de cisternas com AD Vínica para Brandy	28
Acompanhamento à desnaturação de AD vínica	15
Desselagem e Entrega de AD desnaturada	11
Cedência AD Vínica	9
II - Acções administrativas	40110
Certificação de D.A.A.s - Vinho do Porto	4095
Validação de D.A.A.s/DAS	7762
Emissão de certificados de denominação de Origem	3750
Validação de Requisições de certificação da Denominação de Origem	14846
Apreciação de maquetas - Vinho do Porto	1410
sendo aprovadas	1309
sendo reprovadas	101
Apreciação de rótulos - Vinho do Porto	2737
sendo aprovados	2675
sendo reprovadas	62

3.2.5.2. Controlo nos Postos de Venda / Grandes Superfícies

Foi dada continuidade às acções de controlo de qualidade junto dos pontos de venda e distribuição que abrangeram todo o território nacional e, no plano externo, nos principais mercados consumidores, designadamente Bélgica, Espanha, França e Holanda.

Os critérios de compra estabelecidos no ano anterior foram alterados, incidindo a procura, nos mercados estrangeiros, nos Vinhos do Porto das categorias Reserva, Reserva Tawny e Reserva Ruby, 10 Anos e LBV's, não só BOB's como também marcas próprias.

Assim, com base nesses critérios e no histórico de cada lote/registo, foram adquiridas um total de 128 amostras, das quais 58 no Mercado Nacional e 70 no Estrangeiro, as quais foram submetidas a análise sensorial e laboratorial (34 foram reprovadas pela Câmara de provadores - 14 Comerciantes de Gaia, 10 Comerciantes do Douro e 10 Produtores Engarrafadores); 6 estão reprovadas no laboratório e dessas 6, 4 estão também reprovadas na prova. As amostras reprovadas no laboratório, 2 são de Comerciantes do Douro e 4 são Produtores-Engarrafadores).

Das 128 amostras adquiridas: 23 são de Produtores Engarrafadores e todas estas são de marca própria; 35 são de Comerciantes da RDD, das quais 31 são de marca própria e 4 são BOB's; 70 são de Comerciantes de Gaia, das quais 59 são marcas próprias e 10 são BOB's.

3.2.5.3. Auditoria de Processo

Deu-se continuidade às acções de Auditoria de Qualidade nas instalações dos operadores, no Douro e em V. N. Gaia, designadamente através do levantamento do estado das instalações, condições de funcionamento, inspecção de materiais e objectos destinados a entrar em contacto com os vinhos, produtos e processos de limpeza e manutenção, análise dos sistemas de verificação e resultados pelas empresas que utilizam tal controlo, nos termos do Decreto-Lei n.º 132/2000, de 13 de Julho.

Estas auditorias realizaram-se sempre que uma inconformidade laboratorial e/ou sensorial foi detectada num vinho, em processo de registo ou fiscalização, que justificasse uma análise exaustiva das instalações, equipamentos, matérias primas, operações tecnológicas, procedimentos de higiene e segurança alimentar (HACCP), com vista a detectar a origem da inconformidade e as respectivas consequências no lote final. Em consequência destas auditorias e tendo os operadores tomado conhecimento das origens das inconformidades detectadas, o SAQ acompanhou a correcção das mesmas de forma a garantir a qualidade e a segurança dos lotes aprovados de Vinho do Porto.

Este tipo de controlo resultou, este ano, num total de 14 acções de Auditoria da Qualidade.

Foram ainda fornecidas informações de carácter técnico e cedência de documentos a pessoas ou entidades que nos solicitaram para o efeito.

Realizou-se ainda 1 vistoria às instalações de um operador de Vila nova de Gaia, para verificação das prescrições técnicas legalmente estabelecidas, tendo em vista a sua aprovação e a concessão da respectiva autorização de laboração.

3.2.5.4. Serviços de Laboratórios

Para além do trabalho analítico de rotina, o Laboratório empenhou-se na prossecução dos objectivos definidos para 2004 dos quais se destaca:

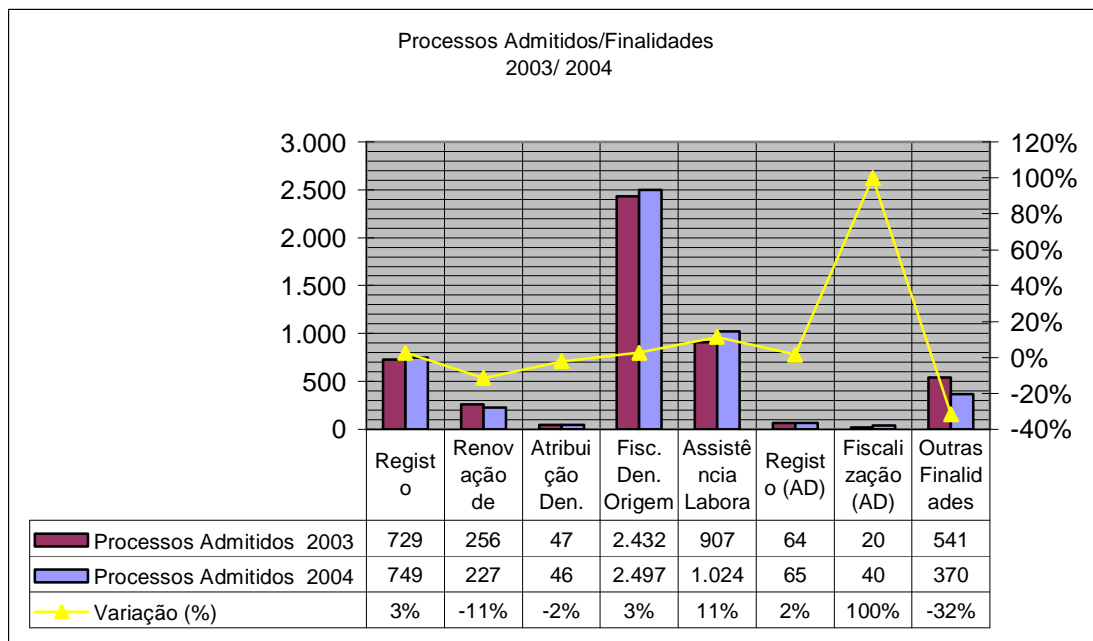
- s A transposição dos conhecimentos adquiridos ao abrigo de projectos de investigação nos quais esteve envolvido o IVDP, com a implementação em rotina dos métodos de determinação da Ocratoxina A e do Carbamato de Etilo em vinhos e aguardentes.

- s Foi testado com sucesso o método de determinação da turbidez em vinhos, como têm evidenciado os resultados dos ensaios interlaboratoriais. Deu-se início ao estudo do comportamento deste parâmetro nos diferentes tipos de Vinho do Porto.
- s O IVDP garantiu a sua participação em vários ensaios internacionais de intercomparação para vinhos licorosos, aguardentes e vinhos tranquilos. Os resultados dos ensaios permitiram evidenciar a competência do Laboratório e avaliar o desempenho dos novos métodos.
- s Prosseguiu-se com o aperfeiçoamento das calibrações do analisador automático para vinhos, "Wine Scan FT 120". Para além de alargar a lista de parâmetros executados por este equipamento (14), aumentou-se a fiabilidade dos resultados.
- s Os estudos dos níveis de contaminação em Chumbo no vinho do Porto, produto real, não apresentaram níveis elevados todavia é essencial complementar este estudo com a análise de vinhos cujo lote seja constituído por vinhos velhos.

Face às novas competências atribuídas ao IVDP o Laboratório teve necessidade de implementar novos métodos de análise para vinhos tranquilos. Assim deu-se início à recolha de dados físico-químicos para constituição de uma base de dados de caracterização dos Vinhos DOC Douro.

No final do ano tiveram início as obras de reformulação dos sectores de Microbiologia e Físico-Química, com objectivo de ampliar as instalações e criar condições essenciais à implementação das boas práticas de laboratório

Análises efectuadas no âmbito das atribuições do IVDP:

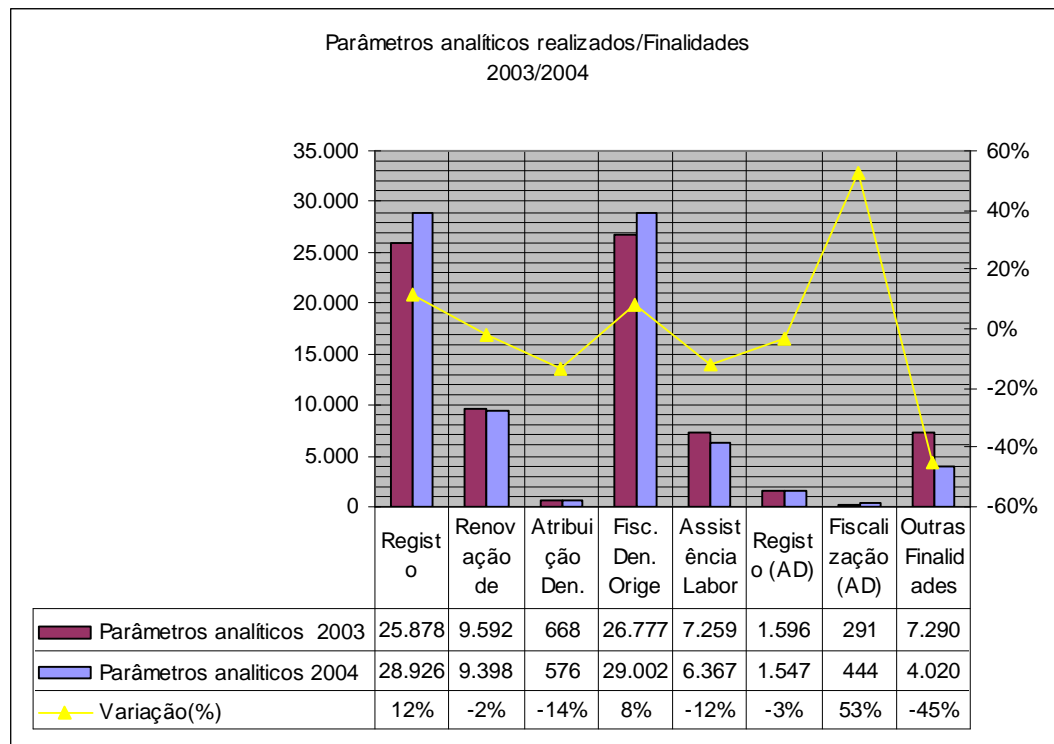


Em 2004 foram admitidos 5018 processos no laboratório o que representa um aumento de 0.44% em relação a 2003.

Realça-se a diminuição do número de Renovações de Registo em proveito de um ligeiro aumento do número de registos.

O ano 2004, foi marcado com uma intensificação das fiscalizações de vinhos e aguardentes.

A diminuição acentuada de processos admitidos, verificada em outras finalidades, é explicada, em grande parte, pela redução de pedidos de emissão de Certificados de Existência.



O número de parâmetros realizados em 2004 diminuiu em cerca de 3,7% relativamente ao ano transacto.

A forte quebra verificada em Outras Finalidades resultou da diminuição do número de processos admitidos.

Apesar de se verificar uma diminuição do número de parâmetros efectuados na finalidade Assistência, constatou-se um aumento das solicitações dos operadores para análise de inquinantes, nomeadamente, Chumbo e Cobre.

3.2.5.5. Serviço de Prova

Como tem sido hábito e indo ao encontro das necessidades dos Agentes Económicos, uma das preocupações do Serviço de Prova é diminuir o tempo de resposta, objectivo que foi concretizado, tendo-se conseguido encurtar, em média, um dia em relação a 2003 (de 5 para 4 dias).

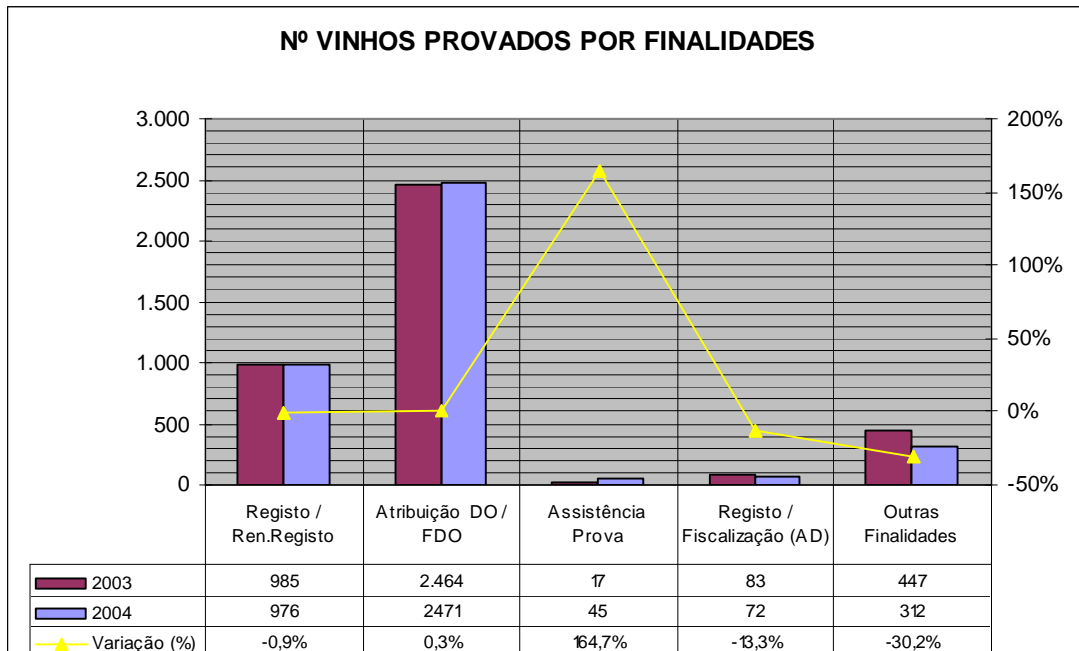
Foi dada continuidade à colaboração com o Serviço de Comunicação e Marketing no apoio em feiras profissionais e em provas comentadas de Vinho do Porto. Este ano, pela primeira vez, também se realizaram provas comentadas de vinhos DO Douro. Como novidade refere-se ainda as provas de Vinho do Porto em associação com queijos portugueses DOP e também com chocolates.

Mais uma vez, vários produtores fizeram parte do júri de diversos concursos de vinhos.

Relativamente à análise sensorial, foram apreciados 3876 vinhos o que representa um decréscimo de menos de 3% em relação ao ano anterior (3995).

Este decréscimo deve-se sobretudo à diminuição do número de vinhos apreciados em "Outras finalidades", que tinha tido um valor anormalmente elevado no ano de 2003 (447) comparativamente com os valores de 2002 (224) e 2004 (312). Em "Outras finalidades" encontram-se incluídas diversas operações de controlo da DO como o Varejo, Cedências e Certificados de Existência. A

solicitação de emissão de um elevado número de Certificados de Existência durante o ano de 2003 é provavelmente a justificação para o valor atingido em “Outras finalidades” nesse ano.



Como foi referido na apreciação do Serviço de Laboratório, o somatório dos Registos e das Renovações de Registo manteve-se praticamente constante de 2003 para 2004 (pequena diminuição - 0,8%), tendo havido um ligeiro aumento dos primeiros e diminuição dos segundos.

A maioria (63%), dos vinhos analisados pelo Serviço de Prova é oriunda de acções de controlo de vinho engarrafado, efectuadas nas instalações dos Agentes Económicos e em postos de venda. Este dado encontra-se de acordo com a política do IVDP de essencialmente apreciar o vinho que efectivamente chega ao consumidor, em detrimento de amostras protótipo.

3.2.5.6. Certificação e Controlo Administrativo de Aguardente Vinica

O Quadro I regista a evolução dos pedidos de aprovação de Aguardente Vinica em 2004 comparativamente a anos anteriores, bem como dos volumes aprovados.

Quadro I

	2004	2003	2002
Total Entidades a solicitar a certificação	11	10	9
Total de Pedidos de Certificação	65	64	74
Volume (l) total candidato a certificação	27.220.584	23.717.582	31.165.689
Volume (l) total certificado	25.338.291	23.267.582	30.419.140

O ano 2004 registou uma maior participação dos Serviços de Fiscalização sedeados na Régua nas colheitas de amostra de AD em destiladores de fora da Região. Dos 65 pedidos de certificação 75 % foram executados a partir da RDD.

3.2.3.7. A qualidade no Sistema de Certificação

A acreditação do Laboratório e da Câmara de Prova para a DO Porto, nos serviços do Porto, cumpre os requisitos da norma de referência para acreditação de entidades, NP EN ISO/IEC 17025. No ano de 2004 o suporte documental dos sistemas da qualidade implementados foi reorganizado com o

objectivo de máxima simplificação, redução e facilidade de consulta dos documentos em suporte papel e da sua disponibilização e divulgação em suporte electrónico, via intranet.

Durante o ano de 2004 cumpriu-se o Programa de Auditorias Internas e de Acompanhamento do IPQ à Câmara de Provedores e ao Laboratório. No decorrer destas auditorias, foram constatadas não-conformidades e observações/oportunidades de melhoria cuja resolução, através da implementação de acções correctivas e acções preventivas, funcionaram como fonte de melhoria para os sistemas de qualidade implementados, as quais porém não obstaram à manutenção das referidas acreditações.

3.2.3.8. Junta Consultiva de Provedores (DO Porto)

Manteve-se em 2004 a estreita colaboração entre a Junta Consultiva de Provedores (JCP) e a Câmara de Provedores. Manteve-se igualmente o espaço de diálogo criado com os operadores, tendo estado presentes, na fase da sessão da Junta prevista para defenderem os seus vinhos, 66% dos operadores.

2004	Nº recursos	Aprovados	Reprovados	Taxa confirmação
Vintage 2002	20	8	12	60%
Vintage 1988	2	2	0	0%
Vintage 1997	2	2	0	0%
Data de Colheita	8	7	1	13%
10 Anos	18	13	5	28%
20 Anos	7	6	1	14%
30 Anos	3	2	1	0%
40 Anos	3	1	2	67%
LBV 97	4	2	2	50%
Old Reserve branco	1	1	0	0%
Branco extra seco	1	0	1	100%
Reserva Tawny	14	7	7	50%
V Char/Reserva Ruby	5	4	1	20%
Reserva	5	3	2	40%
Tawny	17	13	4	24%
Ruby	3	2	1	33%
Total	113	74	39	35%

Apesar da taxa de confirmação ser inferior à do ano anterior (foi 39% em 2003), serão de referir algumas considerações que reflectem a importância do diálogo entre a JCP e o IVDP, nomeadamente:

- s vinhos com Data de Colheita: a reduzida taxa de confirmação levou a uma alteração de procedimentos administrativos, posteriormente propostos para serem contemplados na revisão do "Regulamento das Categorias Especiais";
- s Reserva Tawny: a taxa de confirmação de 50% traduz que este tipo de vinho ainda não terá o seu espaço bem delimitado. O nº de recursos deste tipo de vinho passou de 4 em 2003 para 14 em 2004, aumentando a taxa de confirmação de 25% para 50%.

3.3. Informação e Investigação

3.3.1. Investigação Técnica

Em 2004 foram cumpridos os objectivos estabelecidos para os projectos a decorrerem em regime de parceria com outras instituições e ao abrigo do Programa Agro Medida 8 - Acção 8.1 (Desenvolvimento Experimental e Demonstração).

i) Prevenção da contaminação fúngica - Ocratoxina A (OTA)

Foram analisados a nível físico-químico os vinhos do Porto disponibilizados para determinação da OTA.

ii) Electrodialise - Ensaio de estabilização

Os vinhos do Porto (tintos e brancos) submetidos aos tratamentos por electrodialise e em regime complementar de frio associado a electrodialise (tintos), foram analisados a nível físico-químico e sensorial para testar a eficácia dos tratamentos aplicados.

iii) Influência de diferentes aguardentes víquicas na qualidade do Vinho do Porto

Os vinhos generosos (tipo Porto) elaborados em 2001 com utilização de aguardentes de composição variável e em 2002 com misturas hidroalcolicas foram analisados a nível físico-químico para avaliar o seu comportamento.

iv) Projecto de estudo "Provadores, Vinho & Saúde"

Este projecto realizado em colaboração com a LASVIN (Liga dos Amigos de Saúde, Vinho e Nutrição) e com o Instituto de Medicina Legal teve por objectivo avaliar se a prova de vinhos é prejudicial para a saúde dos provadores, tendo sido concluído com resultados satisfatórios.

v) Redução dos teores de Chumbo em Vinhos do Porto

Em meados de 2004 deu-se início a uma colaboração em parceria com a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e o operador Real Companhia Velha com o objectivo de avaliar a eficácia de um tratamento que permita baixar os níveis de Chumbo em vinhos do Porto sem alteração significativa das características do vinho. Os primeiros resultados mostraram a necessidade de continuar os estudos de forma a serem garantidas as características iniciais dos vinhos tratados e apuramento de efeitos secundários

3.3.2. Informação Estatística Sectorial

i) No final de 2003, o GREVE, Groupe de Recherche en Economie Viti-Vinicole Européenne, constituído por investigadores do INRA (Institut National de Recherche Agricole) e com correspondentes de investigação em Espanha (Universidade de Rioja), Itália (Universidade de Bologna) e Portugal (Estação Agronómica Nacional do INIA), apresentou um projecto visando o estudo económico da fileira em algumas regiões vitivinícolas europeias, a fim de elaborar propostas de evolução do quadro legislativo da OCM vitivinícola.

Nesse projecto vieram a envolver-se diversas regiões e entidades responsáveis pela certificação de diferentes Denominações de Origem como foi o caso do Conseil Interprofessionnel du Vin de Bordeaux, o Comité Interprofessionnel du Vin de Champagne, o Consorzio del Marchio Storico – Chianti Classico o Consejo Regulador da Rioja e o IVDP.

No âmbito deste projecto em 2004 o IVDP acolheu uma estagiária no Serviço de Estudos e cujo trabalho se traduziu na recolha e tratamento de informação sobre a Região Demarcada do Douro e sobre o Vinho do Porto, tendo em vista a obtenção de informação homogénea respeitante a todas as regiões e denominações de origem envolvidas.

Essa informação, depois de trabalhada pelos investigadores de cada país, foi apresentada num Workshop, organizado pelo IVDP, e que teve lugar no Solar da Régua nos dias 10 e 11 de Dezembro.

- ii) Entre Outubro e Dezembro de 2004 decorreu a elaboração do Estudo do Perfil do Consumidor de Vinho do Douro a cargo do IPAM/IDIM (Instituto para o Desenvolvimento e Investigação em Marketing) a partir das respostas a 219 inquéritos administrados em hipermercados do Grande Porto, constituindo assim um primeiro ensaio, à semelhança do já adoptado para um estudo idêntico sobre o Vinho do Porto. Este trabalho contou com a colaboração de um estagiário orientado pelo Serviço de Estudos, finalista do Instituto Português de Administração e Marketing (IPAM).
- iii) Iguamente neste ano o IPAM e o IVDP afinaram o inquérito elaborado em 2002 sobre o Estudo do Perfil do Consumidor de Vinho do Porto tendo decidido o seu alargamento (em termos geográficos e em termos de superfícies comerciais abrangidas) Assim e a partir de 1263 inquéritos administrados em hipermercados e supermercados do Grande Porto (474) e da Grande Lisboa (789) foi possível elaborar novo estudo cuja 1ª apresentação foi efectuada (juntamente com o estudo sobre o Vinho do Douro) no IVDP - Porto no dia 27 de Janeiro de 2005.
- iv) Outro projecto importante para o Serviço de Estudos em 2004 foi o lançamento das bases para a recolha e tratamento de informação estatística sobre as vendas de vinhos com DOC Douro e Indicação Geográfica Terras Durienses, com o objectivo de se vir a publicar sobre esses vinhos informação com periodicidade e detalhe semelhante ao que existe habitualmente para as vendas de Vinho do Porto.
- v) Finalmente, o Serviço de Estudos colaborou em outros projectos ou acções, referindo-se a título de exemplo a reformulação dos critérios em que se baseia o sorteio das acções de fiscalização aos operadores, na determinação dos vinhos a adquirir no âmbito do controlo nos pontos de venda efectuado pelo SAQ, na definição dos operadores a incluir em acções do SCM, no apoio ao Conselho Interprofissional do IVDP para a definição do mosto generoso a beneficiar e ainda no acompanhamento dos processos de crédito bonificado ao abrigo da Portaria nº 538/2003.

3.4. Promoção Genérica

O plano promocional do IVDP para 2004, cuja execução está a cargo do Serviço de Comunicação e Marketing, deparou-se com vários desafios durante o ano:

- s o aumento do portfólio dos produtos a promover, em virtude do novo modelo institucional;
- s a avaliação da eficácia das estratégias que têm sido seguidas e sua adaptação à realidade dos mercados e do comércio de vinho do Porto.

O IVDP tem agora responsabilidades acrescidas na defesa da imagem de outros produtos vinícolas produzidos na Região Demarcada do Douro, nomeadamente os vinhos DOC Douro, que estão em fase de claro ganho de notoriedade internacional.

De qualquer modo, a promoção do Vinho do Porto, em virtude as competências do IVDP, continuou a ser a espinha dorsal das tarefas do SCM.

Do ponto de vista estratégico as acções visaram sobretudo atingir o público profissional, como jornalistas de vinhos, distribuidores, restauradores e restantes elementos do canal HORECA, escanções, prescritores de vinhos internacionais, alunos de escolas de hotelaria e turismo, assim como imprensa ligada à área do *lifestyle* e turismo, como complemento da promoção na componente “território” ligada aos Vinhos produzidos na Região Demarcada do Douro.

Desta forma, foram privilegiadas provas, seminários, participação em feiras internacionais e certames gastronómicos de grande qualidade, formação de jovens profissionais, assim como a visita de jornalistas ao Douro. Com mais detalhe se explana a seguir as actividades em cada mercado.

Do total das acções desenvolvidas e, embora não existam registos completos, foram atingidos os seguintes públicos:

	Mercado Nacional	Mercados Externos
Consumidores genéricos	69 791	11 460
Consumidores conhecedores	253	2 950
Profissionais	42	3 250
Escolas Hotelaria, Restauração e Chefes de Cozinha	51	610
Viagens jornalistas	0	8
Totais	70.137	18 278

3.4.1. Acções Promocionais

3.4.1.1 Portugal

No mercado nacional, merece particular destaque o conjunto de acções promovidas pelo IVDP antes e durante o “Euro 2004”, com o objectivo de aumentar a visibilidade e notoriedade dos vinhos do Douro e das suas marcas. A montagem de 2 grandes operações com oferta de Vinho do Porto - aos passageiros na sala de chegadas nos aeroportos de Lisboa e Porto e na Business Class da companhia aérea Lufthansa em todos os voos na Europa -, bem como a presença dos vinhos do Douro e do Porto no jantar de abertura oficial do torneio, entre outras realizações, foram possíveis graças ao forte envolvimento dos agentes económicos do sector, tendo proporcionado mais de 60.000 contactos.

Para profissionais, concretamente Chefes de Cozinha e profissionais do sector da distribuição de vinhos, realizaram-se 3 provas comentadas com a presença de 93 pessoas e orientadas para a exploração das diferentes combinações gastronómicas com o Vinho do Porto.

A presença do Instituto em feiras e certames foi centrada na organização de provas paralelas focalizadas no Vinho do Porto e Douro. Participou-se na primeira edição do “Essência do Vinho”, no prestigiado “Encontro com o Vinho e Sabores” da Revista de Vinhos, na HOREXPO em Lisboa, na 2ª edição da “Expovinis” no Porto e na 1ª edição da feira “Portugal da Terra ao Mar”, em Lisboa. No total, 253 pessoas participaram nas 7 sessões promovidas IVDP.

O apoio e patrocínio do Instituto a dezenas de realizações organizadas por diferentes entidades e instituições nacionais, centrou-se no serviço de Vinho do Porto, ora adoptando o formato de Porto de Honra em momentos altos dos eventos, ora assumindo a forma de compatibilização do vinho com sobremesas em jantares integrados nos programas sociais dos eventos. Do conjunto destas acções foram atingidos 9.700 consumidores.

No âmbito das competências de promoção dos vinhos do Douro e do Porto, decorreu, no final de 2004, uma campanha promocional de vinhos do Douro, no valor global de 300 mil euros e que contou

com o apoio do projecto LEADER, numa taxa de comparticipação de cerca de 45%. Esta campanha pretendeu aumentar a notoriedade e melhorar a imagem dos Vinhos do Douro.

“Momentos Douro”, de acordo com o conceito de comunicação da campanha, realizada pela empresa portuguesa Caixa Alta, significa todos os bons momentos da vida das pessoas que são bem acompanhados e intensificados com os vinhos do Douro. Trata-se de um conceito que liga o produto (vinhos do Douro) à ocasião de consumo e qualifica essa ocasião. Qualquer tempo passado na Região do Douro é um momento “douro”. O filme da campanha de televisão foi considerado moderno, com inegável qualidade estética e técnica.

3.4.1.2 – Reino Unido

Durante 2004 o IVDP privilegiou a continuidade da estratégia definida desde 2002, realizando acções de promoção visando sobretudo o consumidor. Para tal, consolidou-se o conceito de roadshow regional, em York, Bristol e Cheltenham, em que durante alguns dias se atinge o público-alvo por intermédio de degustações, combinações gastronómicas, concursos e acções junto de lojas e restaurantes. Neste tipo de acções foram contempladas directamente cerca de 3.000 pessoas. Também se realizaram seminários de Vinhos do Porto em escolas de hoteleira durante todo o ano, nos quais 250 alunos obtiveram conhecimentos específicos sobre o produto. Em 2004 o IVDP, participou na feira internacional LI WSF, em Londres.

3.4.1.3 – E.U.A.

Neste mercado, o IVDP deu continuidade à estratégia definida em 2000, apostando nas áreas da formação e divulgação. Assim continuaram a realizar-se seminários e acções rápidas de formação (staff trainings) para os profissionais da restauração, no local de trabalho, nas cidades de São Francisco, Boston, Chicago e Nova Iorque, tendo sido atingidos 285 destinatários. Também se realizaram grandes provas de vinhos do Douro e Porto para profissionais, nas cidades acima referidas que contaram com 824 presenças e uma visita de 4 jornalistas e opinion leaders americanos ao Douro.

3.4.1.4 – Alemanha

A promoção neste mercado visou acções para o público profissional e prescriptor, nomeadamente provas para profissionais em Frankfurt e Berlim, que contaram com 136 participantes. A convite do IVDP, 4 jornalistas visitaram o Douro. Refere-se, também, a presença do IVDP com um stand na feira internacional ProWein, para a promoção de Vinhos do Douro e Porto.

3.4.1.5 – Canadá

Deu-se continuidade à realização de acções de marketing apoiadas num mix de público-alvo: profissionais e consumidores. Realizaram-se provas nas províncias do Quebeque, Ontário e Colúmbia Britânica, em que participaram 770 profissionais na sua totalidade. Nestes eventos privilegiaram-se as combinações gastronómicas. Realizaram-se também acções no âmbito de concursos para visitas na região do Douro, participação em feiras regionais de vinhos e gastronomia em Toronto e Montreal e deu-se apoio a uma grande acção dos monopólios provinciais, nomeadamente a SAQ-Quebeque.

3.4.1.6 - França

Em 2004, o IVDP iniciou uma nova estratégia para este mercado. Esta incidiu na formação junto das escolas de hoteleira e vinhos de toda a França, sendo que 345 alunos e professores foram já formados em Vinho do Porto. Realizou-se também uma prova para profissionais e prescritores em Paris que contou com 163 participantes e um almoço para jornalista da especialidade no Bistrot du Sommelier.

3.4.1.7 - Espanha

Deu-se continuidade às acções de formação junto das associações regionais de sommeliers de Espanha. Realizaram-se acções de combinações gastronómicas para a imprensa e publico consumidor. Igualmente o IVDP participou nas feiras Alimentária (Barcelona), Salon del Gourmet (Madrid) e Vinoble (Jerez de La Frontera).

3.4.1.8 - Benelux

A actividade promocional esteve centrada na imprensa holandesa. Foi focalizada também a formação em escolas de hotelaria e de escações na Bélgica e Luxemburgo.

3.4.1.9 - Europa Central (Suíça, Áustria e Itália)

Foi adoptada uma estratégia de continuidade no marketing sobre o público especializado. Provas para profissionais e prescritores em Zurique, Viena e Roma. Na Suíça realizaram-se acções de formação específicas (staff trainings) para profissionais da restauração.

3.4.1.10 - Países Nórdicos (Dinamarca, Noruega, Suécia e Finlândia)

Para este conjunto de mercados centralizou-se a estratégia de promoção junto do público profissional. Assim, realizaram-se provas em Copenhaga, Odense, Oslo e Estocolmo e Helsinquia e organizaram-se acções com incidência em combinações gastronómicas com vinhos do Douro e Porto, nomeadamente em Oslo.

3.4.1.11 - Brasil

Repetindo a presença na 2ª edição da feira Expovinis/Vivavinho em São Paulo, o Instituto organizou 2 provas comentadas por personalidades e enólogos do sector, uma para cada uma das denominações de origem. Por outro lado, o IVDP lançou o desafio a 3 dos principais chefes de cozinha brasileiros para criarem sobremesas para acompanhar Vinho do Porto, evento esse realizado no Rio de Janeiro. Com a colaboração do I CEP e da Embaixada de Portugal em Brasília e dos agentes das empresas, teve lugar a primeira prova de vinhos do Douro e do Porto na capital brasileira, considerada uma das mais importantes em termos de poder de compra.

Sublinhe-se a importante colaboração do Solar de Curitiba nos eventos organizados no Brasil para além da coordenação de provas permanentes dirigidas a sommeliers na cidade de São Paulo.

Pelas acções acima referidas, foram atingidas pela promoção genérica de Vinho do Porto no Brasil 574 pessoas.

De referir ainda a organização de programa de visitas, integradas numa acção de promoção liderada pela ANDOVI com o apoio do I CEP, de credenciados jornalistas brasileiros à Região do Douro, que incluiu visitas à quintas, provas e apresentações de vinhos.

3.5. Actividade Comercial – Lojas & Solares

Em 2004, o volume de negócios do Serviço de LOJAS & SOLARES atingiu o valor de 1.246 m euros o que representa um acréscimo de 6% em relação ao exercício anterior. O resultado global dos 4 espaços comerciais (Solares e Lojas do Porto e Lisboa) mantém-se positivo (4.247 euros), depois de no ano passado se ter ultrapassado pela primeira vez o ponto crítico de vendas.

Na análise global não foi ainda considerada a exploração do Solar da Régua, inaugurado em Julho de 2003, de modo a manter-se a comparabilidade dos dados. No ano passado, registou-se entretanto um boa prestação em termos de vendas neste Solar (73.951 euros), embora a estrutura da despesa permaneça ainda afectada pela necessidade de continuação das obras de conservação do espaço não directamente relacionadas com a actividade comercial.

De sublinhar, em termos individuais, a excelente performance do Solar de Lisboa que atingiu um resultado positivo da ordem dos 46.000 euros a par de um crescimento das vendas de 14%, superando assim, pelo segundo ano consecutivo, o ponto crítico de vendas. O aspecto mais positivo a realçar é o forte incremento da componente “Prestação de Serviços” (mais 45%), que inclui a venda de vinho à cálice e a oferta diferenciada de serviços a clientes: provas de vinho, sugestões de acompanhamento e refeições harmonizadas. A Loja de Lisboa, embora inserida num ambiente comercial mais agressivo, fruto da recente remodelação do espaço das Lojas Francas, cresce 6,4% e aumenta os resultados do exercício para cerca de 30.000 euros. Os espaços comerciais do Porto, por seu turno, continuam a apresentar comportamentos negativos: o Solar do Porto aumenta o prejuízo para 62.000 euros, enquanto que a Loja do Porto regista um ligeiro crescimento de 7,4% reduzindo o prejuízo em cerca de 20% (15.386 euros).

Em termos globais, o ano passado confirmou a aposta na diversificação da oferta de acompanhamentos e sugestões de consumo de Vinho do Porto, no envolvimento e das ligações com os operadores turísticos e na contínua melhoria da rotação dos stocks, centrados em larga medida nas categorias especiais, contribuindo desta forma para uma eficaz promoção do produto e para a melhoria das margens de negócio.

Em relação ao cálice de Vinho do Porto desenhado pelo Arquitecto Álvaro Siza Vieira, a sua comercialização totalizou em 2004 mais de 265.000 cálices, o que permitiu ultrapassar a barreira de 1 milhão de unidades vendidas desde o início da operação. O IVDP foi responsável pela venda de mais de 400.000 cálices enquanto que as empresas do sector do Vinho do Porto suportaram as restantes aquisições.

3.6. Organização Interna

3.6.1. Informática

O novo modelo institucional impôs uma diferente gestão nos sistemas de informação. Rapidamente se constatou a necessidade de centralizar num único sistema todas as aplicações e base de dados, pois os repositórios de ficheiros e tabelas em sistemas separados são impossíveis de gerir e conciliar.

A aquisição de um novo sistema AS400, com capacidade de alojar toda a informação, foi o grande investimento em Hardware efectuado em 2004. De acordo com o plano de investimento, foram igualmente adquiridos computadores pessoais e impressoras. De realçar, também, a aquisição de um novo servidor dedicado ao serviço de correio electrónico, a total renovação dos computadores da câmara de provedores nos serviços do Porto e a aquisição de uma impressora de médio porte. Esta última foi de capital importância durante o período de vindima na reimpressão de Autorizações de

Produção (cerca de 6 000) e impressão de Recibos de Vindima/cartas de avisos de pagamentos em número superior a 30 000.

O valor total de investimento em Hardware foi de 135 000 €, assim distribuídos:

Hardware	Quant	Valor
IBM AS400	1	71.000 €
Servidor Exchange	1	5.593 €
Computadores Portáteis	4	7.263 €
Computadores - Câmara Provadores	6	3.853 €
Computadores Pessoais - Desktop	20	18.029 €
Impressoras	6	5.363 €
Outros equipamentos		2.719 €

A reformulação do site www.ivdp.pt, reunindo os conteúdos da CIRDD e IVP, a criação de uma aplicação para aprovação de rótulos, o desenvolvimento de um interface que traduza o ficheiro que a DGAI EC irá enviar contendo o movimento diário de DAA's e uma aplicação integrada na Gestão de Recursos Humanos que troca mensalmente com a Administração Pública informação sobre a possível rotatividade de funcionários, foram as aplicações que em regime de out-sourcing foram adquiridas e instaladas nos Sistemas de Informação do IVDP.

O valor global de investimento em Software foi de 20 690€.

Software	Valor
MSoftware (Licenças)	7.460,00 €
Site ivdp.pt. Área de operadores	1.900,00€
Gestão de Rótulos e Marcas	4.760,00 €
DAA's - Gestão de Ficheiro DGAI EC	3.000,00 €
BDAP - Base dados Administração Pública	3.570,00 €

3.6.1.1. Projectos desenvolvidos internamente

Declarações de Existência. Foi desenvolvido um programa que permite a recolha das DAE. O programa permite, num cruzamento de informação com as Declarações de Colheita e Produção, a abertura automática de contas correntes.

Declarações de Colheita e Produção. Reformulação e aperfeiçoamento da aplicação de Recolha das Declarações de Colheita e Produção. Introdução de mais variáveis de validação de modo a cumprir com as exigências do IVV e completar a informação necessária à posterior abertura de Contas Correntes específicas (ex. - Quintas, Sub - Regiões etc.) e inclusão de um módulo de Recibos Vindima que permite aos Operadores gerir de forma simples os ficheiros a enviar ao IVDP com informação sobre os Pagamentos de Vindima.

Contas Correntes Douro. Foi desenvolvido um programa com o objectivo de gerir as contas correntes dos vinhos do Douro: VQPRD, Regional, Mesa e Moscatel. O novo programa faz o controlo destes produtos de acordo com as regras estabelecidas ex.: prazos de validade de registo, indisponibilidade /disponibilidade de quantidades de acordo com as vendas de selos, etc.

Selos e Cápsulas de garantia. Foi necessário desenvolver uma nova aplicação de gestão de Selos e Cápsulas para a certificação de vinhos do Douro. Constatou-se que o modelo de dados é totalmente diferente do utilizado no Porto.

Gestão de Aguardentes - Integração de Contas. Foi necessário criar numa única aplicação de Gestão de Aguardentes de todos os saldos e movimentos existentes das aplicações da CIRDD e IVP. Para tal, criou-se um interface que compatibilizou as duas Bases de Dados, permitindo a sua conciliação.

Tesouraria. Foram desenvolvidos novos programas para permitir integrar as receitas do sistema de Laboratório do Douro, venda de Selos e Cápsulas de Vinhos DOC Douro, na aplicação de tesouraria.

Serviços Técnicos. Foram desenvolvidas diversas aplicações que permitem:

- s a passagem automática, para o servidor AS400, dos 20 parâmetros efectuados a partir do Wine Scan;
- s A transferência de resultados dos novos equipamentos de cromatografia líquida e gasosa para Excel;
- s a integração dos resultados dos compostos voláteis em AD e vinhos em mg/l para o AS 400 e posterior conversão para mg/100 cm³ de AA, de acordo com normas europeias;
- s a passagem automática para o AS 400 das determinações efectuadas pelo laboratório de Físico-química;
- s Procedeu-se ainda à actualização da aplicação que permite a transferência automática dos resultados dos ácidos com novos parâmetros.

Vindima - Autorizações de Produção (AP). Foram desenvolvidos novos layouts específicos de AP's - Moscatel, Murça com parcelas em situação de contencioso.

Vindima - Pagamentos.

- s Criação de uma nova aplicação que permite gerir, de modo seguro, a introdução de NI B's;
- s Desenvolvimento de uma aplicação para Gestão de Pagamentos de Vindima. Esta nova aplicação gere os adiantamentos/pagamentos aos Produtores, permitindo a criação de ficheiros do tipo PS2 e seu envio para a Caixa Geral de Depósitos;
- s Elaboração de modelos de carta tipo de acordo com o meio de pagamento (transferência bancária ou carta recibo). Todo o processo foi compatibilizado com o sistema da CGD. Para além da automatização/simplificação de todo o procedimento, esta solução beneficiou, de forma muito significativa, os operadores ao transferir a emissão (papel) dos Recibos de Vindima para o IVDP .

3.6.2. Serviço de Documentação e Informação

Para ilustração de trabalhos ligados à temática das Denominações de Origem Porto e Douro, realizados por jornalistas (nacionais e estrangeiros), investigadores, historiadores, etc., o SDI disponibilizou, em 2004, cerca de 1.100 imagens em suporte digital, o que representa um acréscimo substancial (mais do dobro) em relação ao ano anterior.

Relativamente ao serviço de leitura o SDI atendeu cerca de 150 utilizadores externos, sendo as solicitações internas na ordem das 350 consultas.

Foram igualmente disponibilizadas, a título de oferta, diversas publicações e material audiovisual, editados pelo IVDP, relativas ao Vinho do Porto e temáticas afim, a bibliotecas de 30 entidades (maioritariamente escolas).

Ainda no âmbito das suas competências o SDI, em colaboração com o Serviço de Informática, concretizou o projecto de mudança de imagem do portal www.ivdp.pt, adaptando os seus conteúdos à nova realidade institucional.

3.6.3. Serviços Administrativos

No âmbito da gestão documental (suporte papel e electrónico) em 2004, foi dada formação aos serviços no Peso da Régua, em particular aos colaboradores que, em virtude do novo modelo institucional, contactaram pela primeira vez com os procedimentos do IVDP.

De salientar que o suporte electrónico (Office Works.Net) foi actualizado para a versão 3.1.2, o que trouxe vantagens nas pesquisas, tornando-as mais funcionais e, ao mesmo tempo, acabou com erros de distribuição da correspondência, anteriormente existentes.

Com o objectivo de racionalizar a gestão de informação relativa aos operadores das Denominações de Origem Douro e Porto e indicação geográfica "Terras Durienses", deu-se início à planificação e estruturação de uma base de dados para gerir essa mesma informação.

Resultante do novo modelo institucional, procedeu-se à actualização das séries documentais de acordo com as novas competências.

Por outro lado, deu-se continuidade à inventariação do arquivo intermédio do Instituto do Vinho do Porto (1975-2000), alcançando-se a cifra das 1.284 pastas, cerca de um terço do total, concluindo-se um dos depósitos que alberga a referida documentação.

3.6.4. Serviços de Contabilidade e Tesouraria

Os Serviços de Contabilidade e Tesouraria atingiram em 2004 os objectivos pretendidos, contribuindo para isso a utilização do novo programa informático que permitiu aperfeiçoar os desempenhos, quer em qualidade, quer em tempo.

Resultante da reforma institucional, concretizada no final 2003, o IVDP, pela primeira vez, passou a cobrar as taxas referentes às Declarações de Colheita e Produção. Para tal, foi necessária, com a colaboração dos Serviços de Informática, a criação de uma aplicação para estas cobranças específicas, que, sem prejuízo de alguns aperfeiçoamentos, correspondeu aos objectivos pretendidos.

4. Recursos Humanos

Em virtude do novo modelo institucional, concretamente da fusão, por incorporação, da Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro (CIRDD) no Instituto do Vinho do Porto, dando origem ao IVDP, os trabalhadores do quadro de pessoal da CIRDD integraram-se automaticamente nos quadros deste.

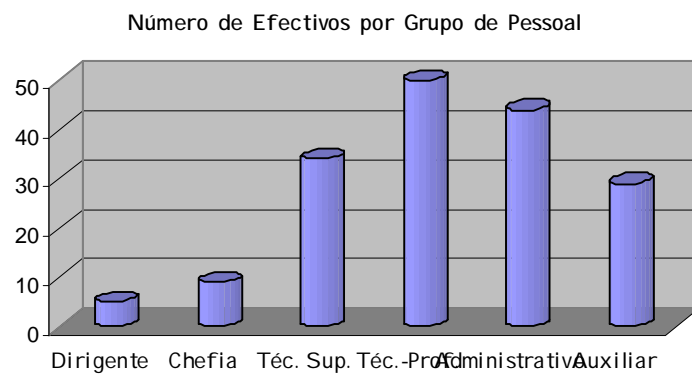
Esta situação explica o aumento de efectivos face ao ano transacto. No entanto apesar do considerável alargamento das atribuições e competências do IVDP, este tem conseguido evitar o recurso à contratação de pessoal, tendo mesmo registado alguma redução do número de trabalhadores ao seu serviço, como é possível verificar através da análise do balanço social que adiante se apresenta.

4.1. Balanço Social

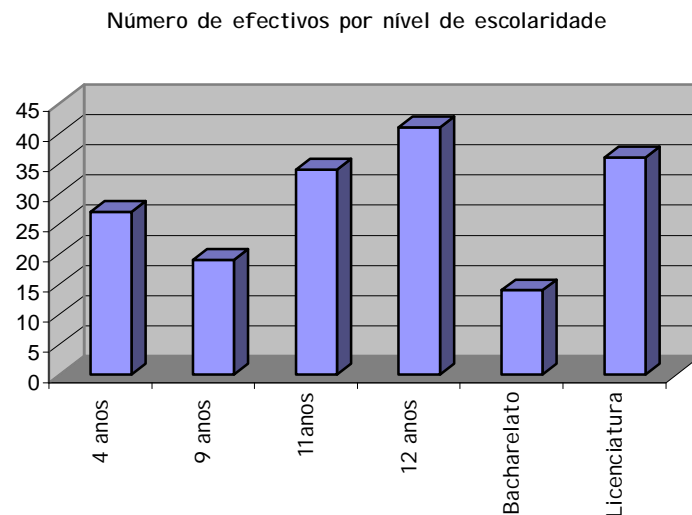
Em 31 de Dezembro de 2004 o total de efectivos era de 171, neles se incluindo a Direcção.

Foram registadas 11 saídas, 1 por aposentação, 2 por rescisão de contrato e 8 por caducidade do contrato.

No gráfico seguinte, poderemos verificar a sua distribuição pelos diferentes grupos de pessoal:

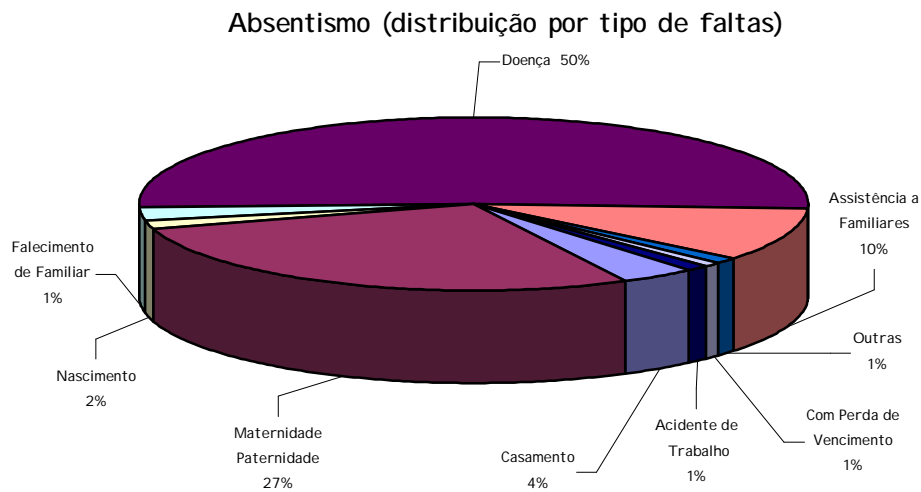


Em relação ao número de efectivos por nível de escolaridade, a taxa de formação superior atinge os 29,2% (licenciatura e bacharelato).



Por sua vez, a taxa de absentismo total cifrou-se em 4,2%, correspondendo a 10,5 dias de ausências por trabalhador/ano, representando assim uma descida de cerca de 1 % em relação a 2003.

Por sua vez esta taxa de absentismo remunerado e não remunerado, foi de 2,2% e 2%, respectivamente.



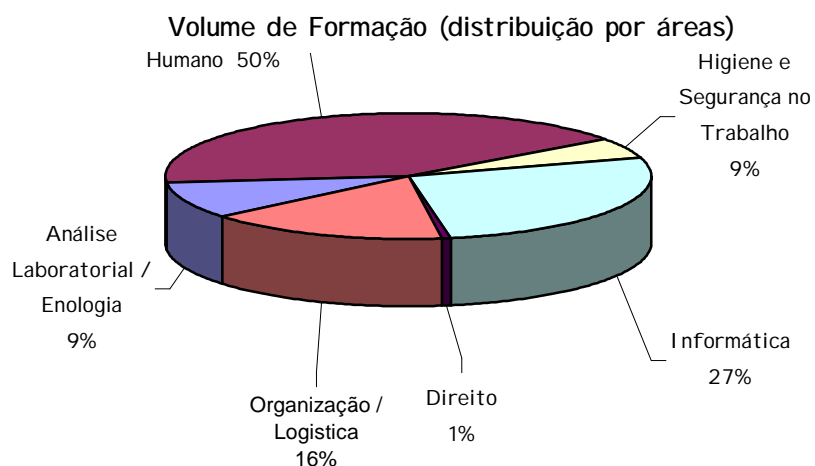
4.2. Formação Profissional

Em 2004, o plano de formação contemplou as seguintes áreas: Comportamento Humano, Informática, Técnica Laboratorial / Enologia, Direito, Organização, Logística e Higiene e Segurança no Trabalho.

Realizaram-se 16 acções de formação, 7 externas e 9 internas, num total de 1903 horas, das beneficiando 27 funcionários - 16 % do total de efectivos.

A taxa de execução desta rubrica orçamental atingiu os 100%, tendo-se beneficiado de um financiamento do FSE no âmbito do programa EAGIRE do QCAIII - Eixo 3 - Qualificar para Modernizar a Administração Pública, que contemplou 1776 horas de formação.

No gráfico seguinte, é possível analisar o volume de formação realizado e respectiva distribuição:



5. Contas do Exercício

5.1 Introdução

De acordo com a alínea h) do artigo 12º do Decreto-Lei nº 278/2003, de 06 de Novembro, que regula a actividade do Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, apresentamos o Balanço, Demonstração de Resultados e demais elementos contabilísticos, respeitantes ao Exercício de 2004, elaborados segundo o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), referentes ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2004.

5.1.1. Receitas

5.1.1.1. Vendas e Prestação de Serviços

O desvio global, superior ao orçamentado nesta conta, no montante de 427.315,05 euros, resultou de:

- s Vendas de Vinhos (- 16.866,18 euros);
- s Publicações (+ 7.637,51 euros);
- s Outras Mercadorias (+ 157.462,23 euros);
- s Formulários e Impressos (+ 25.822,42 euros);
- s Selos e Cápsulas de Garantia (+ 67.173,76);
- s Acções de Controlo e Assistência (+ 26.369,44);
- s Recepções e Serviços dos Solares de Lisboa e Porto (+ 82.036,98 euros);
- s Outros Serviços Prestados (+77.678,89).

5.1.1.2. Impostos e Taxas

Nesta rubrica verifica-se um défice de 1.865.021 em relação ao valor orçamentado (6.348.390 euros).

5.1.1.3. Transferências e Subsídios Correntes Obtidos

Nesta rubrica atingiu-se o valor de 53.131,24 euros respeitante a reembolsos de financiamentos dos programas I FADAP, Fundo Social Europeu e FEDER

5.1.1.4. Outros Proveitos Operacionais

O valor orçamentado obteve um superavit de 130.917,51 euros, decorrente dos reembolsos efectuados pelos operadores do Sector, relativos a apoio logístico prestado pelo IVDP, nos vários certames constantes no Plano de Promoção de 2004.

5.1.1.5. Proveitos e Ganhos Financeiros

Nesta rubrica verificou-se um défice de 20.403,28 euros, em relação ao valor orçamentado (50.000,00 euros), resultante do baixo índice da taxa de juros nas aplicações financeiras.

5.1.2. Despesas

A realização das despesas foi inferior em cerca de 10,45% (1.081.251 euros), em relação ao valor do orçamento corrigido, reflectindo, deste modo, uma prudente execução orçamental de despesas.

O referido orçamento de despesas inclui outros gastos suplementares, no valor de 64.166,97 euros, respeitantes ao encaixe de subsídios do IFADAP, FEDER e FSE, bem como a diferença de saldo de gerência anterior no montante de 3.001.942,81 euros.

5.1.3. Despesas correntes por funções

Numa óptica de despesas correntes por função, e comparando com o ano transacto, teremos os seguintes valores

	2003 (1)		2004 (1)		Observações
1 Órgãos Directivos	381.626,51	5%	560.822,59	6%	
2 Serviços Técnicos	2.457.634,94	30%	2.991.119,44	33%	
3 Promoção Genérica	1.638.040,86	20%	2.170.677,18	24%	
4 Actividade Comercial	1.578.265,13	19%	1.644.579,22	18%	
5 Estudos & Desenvolvimento	196.102,24	2%	248.324,14	3%	
6 Gastos Gerais	1.931.560,48	24%	1.574.400,10	17%	666.277,63 Venc.CD 2003
Totais	8.183.230,15		9.189.922,67		

(1) Não inclui as Amortizações do Exercício

De destacar aqui o acréscimo das verbas destinadas a investimentos promocionais que se traduziu de igual modo num maior peso percentual.

Assim o Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto continua a evidenciar não só uma sólida e estável situação financeira, como uma gestão económica equilibrada traduzida não só por um crescimento moderado da despesa, respondendo ao imperativo estabelecido pelo Governo de equilíbrio das contas públicas, mas também pela transferência das despesas de estrutura par despesas reprodutivas, traduzidas aqui nos investimentos na promoção genérica dos vinhos do Porto e do Douro.

6. Demonstrações Financeiras
6.1. Balanço em 31 de Dezembro de 2004

codigo das contas	ACTIVO	2004		2003	
		AB	AP	AL	AL
IMOBILIZADO					
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
433	Propriedade Ind. E outros Direitos	57.008,30	10.960,98	46.047,32	44.307,28
445	Projecto Agro	54.210,11		54.210,11	54.210,11
		111.218,41	10.960,98	100.257,43	98.517,39
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
422	Edifícios e Outras Construções	5.909.187,99	639.604,35	5.269.583,64	5.301.065,98
423	Equipamento Básico	1.988.110,92	1.699.407,82	288.703,10	332.609,75
424	Equipamento de Transporte	263.615,99	263.615,99	0,00	0,06
425	Ferramentas e Utensílios	4.580,68	4.580,68	0,00	0,00
426	Equipamento Administrativo	2.472.157,17	2.178.973,11	293.184,06	253.241,30
427	Taras e Vasilhame	24.220,62	10.678,60	13.542,02	18.055,24
428	Imobilizado em 04/06/88	305.864,79	251.332,40	54.532,39	54.532,39
429	Outras Imobilizações Corpóreas	6.188,70		6.188,70	6.188,70
44	Imobilizações em curso	50.511,52		50.511,52	0,00
		11.024.438,38	5.048.192,95	5.976.245,43	5.965.693,42
INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
411	Partes de Capital	7.481,96	7.481,96	0,00	0,00
414	Investimentos em Imóveis	8.016,69		8.016,69	8.016,69
		15.498,65	7.481,96	8.016,69	8.016,69
CIRCULANTE					
EXISTÊNCIAS					
36	Matérias primas, subsid. e de consumo	103.857,63		103.857,63	61.812,14
32	Mercadorias	313.860,49		313.860,49	299.124,86
		417.718,12		417.718,12	360.937,00
DIVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO					
211	Cientes c/c	457.210,56	15.000,00	442.210,56	277.279,51
229	Adiantamentos a Fornecedores	8.767,49		8.767,49	11.999,94
26	Outros Devedores	3.484.688,49		3.484.688,49	3.004.531,65
		3.950.666,54	15.000,00	3.935.666,54	3.293.811,10
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS					
153	Títulos da Dívida Pública	2.829.174,00		2.829.174,00	0,00
		2.829.174,00		2.829.174,00	0,00
CONTA NO TESOURO, DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA:					
13	Conta no Tesouro	70.765,89		70.765,89	751.157,31
12	Depósitos Bancários	1.623.723,84		1.623.723,84	2.949.808,53
11	Caixa	193.786,77		193.786,77	55.209,45
		1.888.276,50		1.888.276,50	3.756.175,29
TOTAL DAS AMORTIZAÇÕES			5.059.153,93		
TOTAL DE PROVISÕES			22.481,96		
TOTAL DO ACTIVO		20.236.990,60	5.081.635,89	15.155.354,71	13.483.150,89

codigo das contas	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2004	2003
	FUNDOS PRÓPRIOS PRÓPRIO		
51	Património Líquido Inicial (4/6/88)	11.380.452,57	11.380.452,57
56	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		
561	Dec. Lei nº.49/91, de 25/1	60.607,54	60.607,54
579	Resultados Transitados	698.271,61	
88	Resultado Líquido do Exercício	902.348,18	780.109,19
		<u>13.041.679,90</u>	<u>12.221.169,30</u>
	PASSIVO		
	DIVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO		
12	Dívidas a Instituições de Crédito		100.287,25
219	Adiantamentos de Clientes, Contribuintes e Utentes	1.169.972,69	177.490,13
24	Estado e Outros entes Públicos	118.554,20	131.962,50
26	Outros Credores	66.616,60	5.850,79
		<u>1.355.143,49</u>	<u>415.590,67</u>
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
273	Acréscimos de Custos	459.564,00	434.229,55
274	Proveitos Diferidos	298.967,32	412.161,37
		<u>758.531,32</u>	<u>846.390,92</u>
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO	<u>15.155.354,71</u>	<u>13.483.150,89</u>

Chefe dos Serviços de
Contabilidade e Tesouraria

A Direcção

6.2. Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2004

codigo das contas	CUSTOS E PERDAS	EXERCICIOS	
		2004	2003
61	Custos das Mercadorias Vendidas e das matérias consumidas		
612	Mercadorias	764.325,55	775.001,51
616	Matérias	538.219,15	399.057,85
62	Fornecimentos e Serviços Externos	3.326.643,28	2.445.528,77
	Custos com o Pessoal:		
641/642	Remunerações	3.411.989,96	3.582.093,06
	Encargos Sociais:		
643	Pensões	339.480,59	329.370,27
645/48	Outros	656.045,39	448.870,15
63	Impostos	12.570,25	7.737,39
66	Amortizações do Imobilizado Corpóreo	391.051,79	385.669,19
67	Provisões		15.000,00
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	83.303,14	99.391,52
	(A)	9.523.629,10	8.487.719,71
68	Custos e Perdas Financeiros	38.025,73	44.902,37
	(C)	9.561.654,83	8.532.622,08
69	Custos e Perdas Extraordinários	19.319,63	36.277,26
	(E)	9.580.974,46	8.568.899,34
88	Resultado Líquido do Exercício	902.348,18	780.109,19
		10.483.322,64	9.349.008,53
	PROVEITOS E GANHOS	2004	2003
71	Vendas e Prestação de Serviços	4.587.386,93	4.252.445,21
72	Impostos e Taxas	4.996.070,88	9.583.457,81
73	Proveitos Suplementares		3.479.251,05
74	Transf. e Subsídios Correntes Obtidos		7.731.696,26
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais		4.996,98
	(B)	9.940.748,50	35.368,67
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	92.809,77	618.057,33
	(D)	92.809,77	8.390.119,24
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	449.764,37	36.232,08
	(F)	10.033.558,27	8.426.351,32
		449.764,37	922.657,21
		10.483.322,64	9.349.008,53
	Resumo:		
	Resultados Operacionais: (B)-(A)=	417.119,40	-97.600,47
	Resultados Financeiros: (D)-(C)=	54.784,04	-8.670,29
	Resultados Correntes: (D)-(C)=	471.903,44	-106.270,76
	Resultado Líquido do Exercício: (F)-(E)=	902.348,18	780.109,19

Chefe dos Serviços de
Contabilidade e Tesouraria

Direcção

6.2.1. Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

3. O critério valorimétrico utilizado relativamente às rubricas do Balanço e da Demonstração dos Resultados foi o custo de aquisição.

As quotas de amortização foram calculadas pela aplicação das taxas máximas ao abrigo da Portaria nº. 737/81, de 29/08, e do Decreto Regulamentar nº. 2/90, de 12/01, até 31/12/2001. No âmbito da aplicação do POCP, e para aquisições de bens de imobilizado em 2004, as quotas de amortizações foram calculadas às taxas máximas do CIBE (Cadastro e Inventário de Bens do Estado).

7. O total de efectivos, independentemente da relação jurídica de empregado e incluindo o pessoal em regime de prestação de serviços, existentes em 31/12/2004 era de 173.

10. Movimentos ocorridos nas rubricas do Imobilizado constantes do Balanço e nas respectivas Amortizações

<u>ACTIVO BRUTO</u>					
<u>Rubricas</u>	<u>Saldo inicial</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Alienacões</u>	<u>Transf. entre Rubricas Abates</u>	<u>Saldo Final</u>
Imobilizações Corpóreas:					
Edifício e outras const.	5.824.126,10	85.061,89			5.909.187,99
Equip. básico	1.915.106,03	73.004,89			1.988.110,92
Equip. de transporte	263.615,99	0,00			263.615,99
Ferramentas e utens.	4.298,93	281,75			4.580,68
Equip. administrativo	2.281.841,44	191.760,43	1.444,70		2.472.157,17
Taras e vasilhame	24.220,62				24.220,62
Imobilizado em 04/06/88	305.864,79				305.864,79
Outras imob. corpóreas	6.188,70				6.188,70
Imobilizações em curso	0,00	50.511,52			50.511,52
	10.625.262,60	400.620,48	1.444,70		11.024.438,38
Imobilizações incorpóreas:					
Marcas	36.765,15	3.445,80			40.210,95
Direitos de autor	5.835,92				5.835,92
Licenças	10.961,43				10.961,43
Projecto AGRO	54.210,11				54.210,11
	107.772,61	3.445,80			111.218,41
Imobilizações financeiras:					
Outros investimentos:					
Investimentos em Imóveis	8.016,69				8.016,69
Partes de capital:					
Outros Investimentos	7.481,96				7.481,96
	15.498,65				15.498,65
	10.748.533,86	404.066,28	1.444,70		11.151.155,44

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

<u>Rubricas</u>	<u>Saldo Inicial</u>	<u>Reforço</u>	<u>Regularizações</u>	<u>Saldo Final</u>
I mobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções	523.060,16	116.544,19		639.604,35
Equipamento básico	1.582.496,28	116.911,54		1.699.407,82
Equipamento de transporte	263.615,99			263.615,99
Ferramentas e utensílios	4.298,93	281,75		4.580,68
Equipamento administrativo	2.028.600,14	151.095,33	722,36	2.178.973,11
Taras e vasilhame	6.165,38	4.513,22		10.678,60
I mobilizado em 04/06/88	251.332,40			251.332,40
	4.659.569,28	389.346,03	722,36	5.048.192,95
I mobilizações incorpóreas:				
Licenças	9.255,22	1.705,76		10.960,98
	9.255,22	1.705,76		10.960,98
	4.668.824,50	391.051,79	722,36	5.059.153,93

12. As I mobilizações Corpóreas foram reavaliadas ao abrigo do decreto-lei nº. 111/88, de 2 Abril e do decreto-lei nº. 49/91, de 25 de Janeiro, respeitando este aos bens adquiridos a partir de 4 de Junho de 1988, não se tendo procedido posteriormente a qualquer outra reavaliação.

14. I mobilizações Corpóreas em poder de Terceiros:

Equipamento Básico 41 227,02 €

19. Não há diferenças, materialmente relevantes, entre os custos dos elementos do Activo Circulante calculados de acordo com os critérios adoptados e as quantias correspondentes aos respectivos preços do mercado.

23. Do valor constante na conta 26 - Outros devedores (3.484.688,49), devido à sua relevância, evidencia-se:

	Transitado da CI RDD/2003	2.109.615,92
Casa do Douro	I VDP/2004	766.385,21
	TOTAL	2.876.001,13
	DRATM 2003 (salários)	228.450,23
MAPF	DRATM 2004 (salários)	348.150,24
	TOTAL	576.600,47

25. Acréscimos e Diferimentos:

Só se especializaram as seguintes rubricas:

A conta 273 - "Acréscimos de custos", compreende 459.564,00 € de "Remunerações a Liquidar", que respeitam a férias, subsídio de férias e encargos sociais relativos ao ano de 2004 e que serão pagos no decurso do ano de 2005.

A conta 274 - "Proveitos Diferidos", compreende 298.967,32 € relativo a Subsídios para Investimentos PEDIP II no valor de 148.577,08 €, IFADAP no valor de 109.578,69 € e IBT Douro-ON no valor de 40.811,55 €. Neste ano de 2004, foram transferidos para a conta 7983 - "Proveitos e Ganhos Extraordinários" 124.229,78 €, correspondente às amortizações

de I mobilizado Corpóreo criadas neste Exercício. Recebemos I APMEI, em 2004, a importância de 11.035,73€.

Não se especializaram outras rubricas por envolverem valores não materialmente relevantes.

28. Não há dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos.

34. Desdobramento das contas de provisões acumuladas:

<u>Contas</u>	<u>Saldo inicial</u>	<u>Aumento</u>	<u>Redução</u>	<u>Saldo final</u>
Provisões para aplicação de tesouraria				
Títulos negociáveis	7.481,96			7.481,96
	<u>7.481,96</u>			<u>7.481,96</u>
Provisões para cobrança duvidosa				
Dívidas de clientes	15.000,00			15.000,00
	<u>15.000,00</u>			<u>15.000,00</u>
	<u>22.481,96</u>			<u>22.481,96</u>

40. Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas "Capitais Próprios" constantes do Balanço:

<u>Contas</u>	<u>Saldo inicial</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Diminuições</u>	<u>Saldo final</u>
Património Líquido inicial	11.380.452,57			11.380.452,57
Reservas de Reavaliação	60.607,54			60.607,54
Reservas		780.109,19	81.837,58	698.271,61
Resultado líquido	780.109,19	902.348,18	780.109,19	902.348,18
	<u>12.221.169,30</u>	<u>1.682.457,37</u>	<u>861.946,77</u>	<u>13.041.679,90</u>

41. Demonstração do custo das Mercadorias vendidas e Matérias consumidas:

<u>Movimentos</u>	<u>Mercadorias</u>	<u>Matéria primas subsidiárias e de consumo</u>
Existências iniciais	299.124,86	61.812,14
Compras	805.597,24	580.264,64
Regularizações de existências	(26.536,06)	
Existências finais	313.860,49	103.857,63
	<u>764.325,55</u>	<u>538.219,15</u>

43. Remunerações atribuídas aos Órgãos Sociais:

Direcção	233.435,97
Conselho Fiscal	30.854,66

44.1. Repartição das vendas de "Mercadorias":

Vinhos	871.593,82
Publicações	25.217,51
Outras Mercadorias	200.102,23
Formulários e Impressos	35.802,42
	<u>1.132.715,98</u>

44.2. Repartição de "Prestação de Serviços":

Selos e Cápsulas de Garantia	2.743.683,76
Controlo e Certificação	230.816,87
Acções de Assistência	34.674,45
Serviços de Solares	367.816,98
Outros Serviços Prestados	77.678,89
	<hr/>
	3.454.670,95
	<hr/> <hr/>

44.3. Repartição de "Impostos e Taxas":

Taxa s/ Aguardente	676.620,04
Taxa Engarrafado	2.704.213,83
Taxa s/ Vinhos Desclassificados	91.678,31
Taxa s/ Vinhos Generosos	525.145,53
Serviços s/ D.O.Douro	998.413,17
	<hr/>
	4.996.070,88
	<hr/> <hr/>

45. Demonstração dos resultados financeiros:

	<u>Custos e Perdas</u>		<u>Exercícios</u>			<u>Proveitos e Ganhos</u>		<u>Exercícios</u>	
			<u>2004</u>	<u>2003</u>				<u>2004</u>	<u>2003</u>
681-Juros suportados			4.085,38	679,70	781-Juros obtidos			85.229,24	20.098,69
684-Provisões p/ aplicações				7.481,96	785-Dif ^{as} cambiais favoráveis				
685-Dif ^{as} cambiais desfavoráveis					786-Descontos p/p obtidos			1.961,28	1.638,45
688-Outros custos e perdas financeiros			33.940,35	36.740,71	788-Outros proveitos e ganhos financeiros			5.619,25	14.494,94
Resultados financeiros			<hr/> 54.784,04	<hr/> - 8.671,29				<hr/> 92.809,77	<hr/> 36.232,08
			<hr/> <hr/> 92.809,77	<hr/> <hr/> 36.232,08				<hr/> <hr/> 92.809,77	<hr/> <hr/> 36.232,08

46. Demonstração dos Resultados Extraordinários (contos):

<u>Custos e Perdas</u>	<u>Exercícios</u>		<u>Proveitos e Ganhos</u>	<u>Exercícios</u>	
	<u>2004</u>	<u>2003</u>		<u>2004</u>	<u>2003</u>
693-Perdas em exist.	775,68	843,89	7942-Ganhos em imobilizações		533,59
694-Perdas em imob.		3.344,43	7944-Sinistros	5.756,83	88,44
695-Multas fiscais	228,22				
697-Correções de exercícios anteriores	7.983,21	21.853,53	797-Correções de exercícios anteriores	237.263,97	723,70
698-Outros Custos e perdas Extraord.	10.332,52	10.235,41	7983-Transferências Capital	124.229,78	125.203,95
Resultados extraord.	430.444,74	886.379,95	7988-Outros não especific.	82.513,79	796.107,53
	<u>449.764,37</u>	<u>922.657,21</u>		<u>449.764,37</u>	<u>922.657,21</u>

47. A Lei Orgânica do Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto é aprovada pelo Decreto-lei nº. 278/2003 de 6 de Novembro.

Porto, 31 de Dezembro de 2004

Chefe dos Serviços de
Contabilidade e Tesouraria

Direcção

6.3. Demonstração das Variações dos Fundos Circulantes

2004

Aumento das Dívidas de Terceiros a Curto Prazo			Diminuições das Dívidas de Terceiros a Curto Prazo		
Cientes	164.931,05		Adiantamentos a Fornecedores	<u>3.232,45</u>	3.232,45
Outros Devedores	<u>480.156,84</u>	645.087,89			
Aumento de Existências			Aumento das Dívidas a Terceiros a Curto Prazo		
Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	42.045,49		Adiantamento de Clientes	992.482,56	
Mercadorias	<u>14.735,63</u>	56.781,12	Outros Credores	<u>60.765,81</u>	1.053.248,37
Diminuição das Dívidas a Terceiros a Curto Prazo			Diminuição de Disponibilidades		
Estado e Outros Entes Públicos	<u>13.408,30</u>	13.408,30	Bancos	1.225.797,44	
			Tesouro	<u>680.391,42</u>	1.906.188,86
Aumento de Disponibilidades			Aumento de acréscimos e diferimentos		
Títulos Negociáveis	2.829.174,00		Acrescimo de custos	<u>25.334,45</u>	25.334,45
Caixa	<u>138.577,32</u>	2.967.751,32	Aumento de Fundos Circulantes		
					695.024,50
Total:		<u><u>3.683.028,63</u></u>	Total:		<u><u>3.683.028,63</u></u>

Chefe dos Serviços de
Contabilidade e Tesouraria

Direcção

6.4. Demonstração da Origem e da Aplicação de Fundos

		2004			
Origem dos fundos				Aplicação dos fundos	
Internas:				Diminuições dos capitais próprio	
Resultado líquido do exercício	902.348,18			Diminuições de capital e de prestações suplen	81.837,58
Amortizações do Exercício	<u>391.051,79</u>	1.293.399,97			81.837,58
Diminuição de Imobilizações:				Aumentos de Imobilizações:	
Alienação de imobilizações				Aquisição de Imobilizações	
Cessão de imobilizações		<u>722,44</u>	722,44	Corpóreo:	
				Edifícios e outras construções	85.061,89
				Equipamento Básico	73.004,89
				Ferramentas e Utensílios	281,75
				Equipamento Administrativo	191.760,43
				Imobilizações em curso	<u>50.511,52</u>
					400.620,48
				Incorpóreo:	
				Marcas, projectos e licenças	<u>3.445,80</u>
					3.445,80
				Acréscimos e Diferimentos	
				Diminuição de Subsídios P/Investimentos	<u>113.194,05</u>
					113.194,05
				Aumento de fundos circulantes	695.024,50
Total:		<u><u>1.294.122,41</u></u>		Total:	<u><u>1.294.122,41</u></u>
Chefe dos Serviços de Contabilidade e Tesouraria				Direcção	

Porto, 31 de Março de 2005

A DIRECÇÃO

Jorge Monteiro

Jorge Dias

Mário de Abreu Lima

Anexo I

Plano de Actividades do Conselho Interprofissional

		Observações	Prioridade
I. Organização e regulamentação interna do IVDP	1. Regimento interno do CI (Art. 10º, nº3).	Aprovado em plenário de 28 Junho 2004.	
	2. Criação de Comissões Técnicas Interprofissionais: Definição de áreas temáticas e composição das CT's.		Criação das CT à medida das necessidades, tendo algumas já sido objecto de constituição.
	3. Estabelecimento de mecanismos de articulação quanto à defesa da denominação de origem e encontrar mecanismos para o CI se "fazer ouvir" nas instâncias comunitárias, através do IVDP e outros organismos.	Tarefa da competência do CI exigindo elevado consumo de tempo na discussão da tipologia de mecanismos, antes da elaboração de propostas concretas.	
	4. Publicação dos temas em discussão e decisões do CI, no sitio" ivdp": Discussão do princípio e acordo do CI.	Decisão do CI não exigindo elevado consumo de tempo.	
	5. Edição de um Boletim (Boletim ex-CIRDD): Discussão da oportunidade, formato e periodicidade.		
II. Tarefas com carácter sistemático	1. Elaboração e aprovação do Comunicado de Vindima;	Aprovado em plenário de 19 de Julho	
	2. Emitir parecer sobre o Plano Anual de Promoção para cada DO;	Aprovado para a DO Porto no CI de 17 de Fev. 2005. Discutidos os princípios para a DO Douro.	
	3. Emitir parecer sobre o Plano de Actividades e Orçamento;	Aprovado em CI de 17 de Fevereiro 2005.	
	4. Emitir parecer sobre o Relatório de Actividades e Contas;	Imperativo e nos prazos legais	
III. Temas de importância estratégica para a RDD.	1. Plano Estratégico para a Região e suas DO	Termos de referência aprovados em reunião de CI 17 Fevereiro 2005	Estratégico CI - I
	2. Planos de Promoção para cada DO.	Aprovado PP 05 em reunião de 17 Fevereiro 2005.	Estratégico CI - I
	3. Taxas: Estabelecimento de critérios de actualização anual automática das taxas aplicáveis; Eventualidade de criação de uma taxa de carácter "mutualista" para financiamento ou bonificação de juros em situações de excedentes.		Estratégico CI - II
	4. Cadastro: Modelo de dados e de gestão: Áreas e coeficientes de declive.		Estratégico CI - II
	5. Método da pontuação. Critérios de distribuição do benefício.		Estratégico CI - II
	5. Regras de acesso das vinhas à DO Porto.	Discussão prévia de natureza exploratória	Estratégico CI - II
	6. Política de plantio (transferência de vinhas que não têm direito a "benefício" para zonas com potencial acesso ao benefício.	Idem	Estratégico CI - II
	7. Licenciamento Industrial das adegas e armazéns. Aplicação à fileira da regulamentação nacional sobre segurança alimentar.	Necessário encomendar Caderno de Encargos.	
	8. Estabelecimento de regras para a colocação dos produtos no mercado (contratos-tipo, introdução gradual, transparência dos mercados, colocação em reserva, etc.).	Discussão prévia de natureza exploratória	Estratégico CI - I
9. Repensar o papel dos "porto" brancos e	Idem.		

		Observações	Prioridade
	suas implicações no método de pontuação.		
IV. DOC PORTO	A) Revisão do DL 166/86 - Estatuto da DO Porto	Metodologia: suscitar discussão junto das profissões, que permita uma definição dos "limites" da revisão; Nota: Existe trabalho desenvolvido pelo IVP e pela CIRDD e que poderá ser adoptado.	Estratégico CI - II
	10. Lei do terço (discriminação da sua aplicação por tipo de vinho ou por estatuto de operador); Revisão do Estatuto e regulamento específico do Produtor-Engarrafador. Reflexão sobre o conceito de "Produtor de vinho da Quintas". Idade mínima para comercialização do Vinho do Porto.	Discussão prévia de natureza exploratória	
	11. Regras de capacidade de venda dos comerciantes de vinho do Porto;	Discussão prévia de natureza exploratória	
	12. Regras de liquidação dos comerciantes de vinho do Porto (alargamento das regras de liquidação a novas formas - redimensionamento do negócio, mudança de estatuto - com desagravamento das actuais condições por se considerarem desajustadas);	Necessidade de adaptação à realidade dos negócios. Possível uma proposta prévia elaborada pelos serviços do IVDP e a trazer ao CI	
	13. Estatuto de "Comerciante de vinho generoso": inclusão do estatuto em DL;	Necessidade de adaptação à realidade dos negócios. Existe já trabalho elaborado pelos serviços do IVDP.	
	14. Estatuto de Armazenista: clarificação, normas aplicáveis e inclusão em DL.	Necessidade de adaptação à realidade dos negócios. Existe já trabalho elaborado pelos serviços do IVDP	
	B) Revisão dos regulamentos e normas respeitantes ao vinho do Porto	Metodologia: 1ª fase: preparação de documentos de trabalho pelos serviços do IVDP sendo enviados à Mesa do CI para uma primeira análise. 2ª fase: apreciação em Conselho.	Técnico Operacional Mesa - III
	15. Regulamento de rotulagem.	Tarefa que poderá exigir reduzido consumo de tempo se baseado no trabalho já desenvolvido.	
	16. Regulamento das categorias especiais e das menções complementares; tempo de estágio para os LBV's; conceito de "single quinta vintage"	Aprovado em reunião CI de 17 Fevereiro 2005	
	17. Regulamento da aguardente.	Aprovado em reunião CI de 17 Fevereiro 2005	
	18. Revisão do DL que estabelece os actuais limites do Entreposto de Gaia. Alteração dos limites sem alteração da área adaptando o EG ao Plano Director Municipal.	Necessária uma avaliação da oportunidade.	
	19. Cadastro: Modelo de dados e de gestão: Áreas e coeficientes de declive.	Criada Comissão para analisar aplicação do DL254/98	Técnico Operacional Mesa - I
	20. Licenciamento Industrial das adegas e armazéns. Aplicação à fileira da regulamentação nacional sobre segurança alimentar.		Técnico Operacional Mesa - I
21. Apresentação de vantagens para o IVDP -		Técnico	

		Observações	Prioridade
	em articulação com o I VV – controlar todos os vinhos que sejam elaborados ou transitem na RDD.		Operacional Mesa – I
V. DOC DOURO	A) Revisão do DL 190/2001 – Estatuto da DO Douro		
	Metodologia: 1ª fase: procurar sugestões de alterações junto das profissões; 2ª fase: discutir as propostas em Conselho da Mesa do CI com a Direcção		
	1. Discussão da extensão do princípio da proibição de exportação a granel, em vigor no Porto, ao DOC Douro.	Iniciada a discussão em reunião de 17 Fevereiro 2005. Metodologia: Trata-se de matéria da exclusiva competência do CI. No entanto atendendo à sua sensibilidade torna-se necessário recolher suporte jurídicos (regulamentação comunitária) que possam balizar as posições do CI.	
	2. Definição dos locais de engarrafamento fora da RDD, com a aplicação da cláusula "stand-still".	Iniciada a discussão em reunião de 17 Fevereiro 2005. Metodologia: Trata-se de matéria da exclusiva competência do CI. No entanto atendendo ao princípio acordado em sede da Comissão de Acompanhamento para a reforma institucional da RDD, em que foi acordado a aceitação de uma cláusula "stand-still", será necessário preparar fundamentação jurídica.	
	B) Elaboração de projectos de Regulamentos para o DOC Douro	Metodologia: 1ª fase: preparação de documentos de trabalho pelos serviços do IVDP sendo os mesmos enviados aos conselheiros, após uma primeira análise em Conselho da Mesa com a Direcção.	
	3. Regulamento de rotulagem, extensivo ao IG "Terras Durienses		
	4. Regulamento da Câmara de Provadores	Aprovado, condicionalmente, em reunião de 19/7	
	5. Regulamento da Junta Consultiva	Aprovado, condicionalmente, em reunião de 19 /7	
	6. Revisão com definição mais restritiva do actual quadro das Menções complementares (Portaria 1070/98).	Discussão prévia da oportunidade da revisão não exigindo grande consumo de tempo.	
	7. Regime de utilização de aguardente no licoroso Douro (Moscatel).	Discussão no CI antes da preparação de proposta de alteração regulamentar.	
8. Revisão do regime tributário aplicado aos vinhos e produtos vnicos da RDD.	Exploratório.		
C) Vinho Regional Terras Durienses			
9 Preparar Estatuto da IG Terras Durienses, separando-a da IG Trás-os-Montes.	Nota: Avaliar interesse e oportunidade estratégica de abrir o conceito de Vinho Regional e flexibilizar o seu modelo de gestão (abrir a castas estrangeiras e agilizar gestão das contas correntes)		

Anexo II

Demonstração De Resultados das Lojas e Solares

PROVEITOS E GANHOS							CUSTOS E PERDAS				
	2004	2003	2002	2001	2000	1999	2004	2003	2002	2001	
GLOBAL											
VENDAS	898.009	898.286	900.161	873.268	893.516	796.152	CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS	602.577	591.642	600.587	591.823
VINHOS	828.625	810.613	815.213	818.950	848.380	764.940	VINHOS	574.577	554.471	562.916	555.825
PUBLICAÇÕES	10.890	12.701	20.999	17.628	25.835	12.428	PUBLICAÇÕES	6.026	7.048	11.593	11.511
OUTRAS MERCADORIAS	58.493	74.972	63.949	36.690	19.301	18.784	OUTRAS MERCADORIAS	21.975	30.123	26.078	24.486
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	349.002	279.162	270.399	247.946	217.088	150.575	FORNECIMENTO E SERV. EXTERNOS	210.764	156.226	157.630	161.128
VINHO DO PORTO SERVIDO	183.101	155.392	174.678	150.823	136.285	111.405	IMPOSTO ESPECIAL CONSUMO	22.240	21.328	20.966	20.374
APERITIVOS E DIVERSOS	165.901	123.770	95.721	97.123	80.803	39.170	CUSTOS COM O PESSOAL	380.681	376.914	384.773	367.047
OUTROS PROVEITOS E GANHOS	31	102	440	219	458	837	OUTROS CUSTOS E PERDAS	576	629	593	1.065
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	17	17	61	71	67	100	CUSTOS PERDAS FINANCEIROS	28.699	29.036	27.259	26.118
DIVERSOS	3.388	1.350	1.936	1.222	1.506		CUSTOS PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	662	617	823	21
Total de Proveitos e Ganhos (a)	1.250.446	1.178.917	1.172.998	1.122.727	1.112.635	947.664	Total de Custos e Perdas (b)	1.246.200	1.176.391	1.192.630	1.167.576
	6,1%	0,5%	4,5%	0,9%	17,4%			5,9%	-1,4%	2,1%	-1,6%
							RESULTADOS ANTES IMPOSTOS (a-b)	4.247	2.525	-19.632	-44.849
								68,2%	-112,9%	-56,2%	-41,1%
							Investimentos	6.677	1.548		
							RESULTADOS	-2.430	977		
SOLARES											
VENDAS	296.083	334.396	306.227	244.257	200.133	164.871	CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS	242.392	254.560	244.080	214.711
VINHOS	248.643	272.960	251.790	211.620	186.931	155.143	VINHOS	223.847	228.565	222.038	193.531
PUBLICAÇÕES	4.162	6.577	8.248	6.232	6.227	3.673	PUBLICAÇÕES	2.803	3.621	4.792	3.655
OUTRAS MERCADORIAS	43.278	54.859	46.188	26.405	6.975	6.055	OUTRAS MERCADORIAS	15.743	22.374	17.250	17.526
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	349.002	279.162	270.399	247.946	217.088	150.575	FORNECIMENTO E SERV. EXTERNOS	154.481	106.539	109.669	108.871
VINHO DO PORTO SERVIDO	183.101	155.392	174.678	150.823	136.285	111.405	IMPOSTO ESPECIAL CONSUMO	7.903	8.793	7.880	6.496
APERITIVOS E DIVERSOS	165.901	123.770	95.721	97.123	80.803	39.170	CUSTOS COM O PESSOAL	241.671	238.168	255.975	248.984
OUTROS PROVEITOS E GANHOS	21	102	329	163	458	837	OUTROS CUSTOS E PERDAS	1.669	1.584	1.032	1.835
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	17	17	61	71	67	100	CUSTOS PERDAS FINANCEIROS	12.753	11.922	11.902	10.270
DIVERSOS	3.388	1.350	1.936	374	1.147		CUSTOS PERDAS EXTRAORDINÁRIOS		273	823	
Total de Proveitos e Ganhos (a)	648.511	615.027	578.952	492.812	418.893	316.383	Total de Custos e Perdas (b)	660.870	621.840	631.362	591.167
	5,4%	6,2%	17,5%	17,6%	32,4%			6,3%	-1,5%	6,8%	7,2%
							RESULTADOS ANTES IMPOSTOS (a-b)	-12.360	-6.813	-52.409	-98.355
								81,4%	-87,0%	-46,7%	-25,8%
LOJAS											
VENDAS	601.926	563.890	593.934	629.011	693.383	631.281	CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS	360.185	337.082	356.507	377.111
VINHOS	579.982	537.653	563.422	607.330	661.449	609.796	VINHOS	350.730	325.906	340.878	362.294
PUBLICAÇÕES	6.728	6.124	12.751	11.396	19.608	8.756	PUBLICAÇÕES	3.223	3.427	6.801	7.857
OUTRAS MERCADORIAS	15.215	20.113	17.760	10.285	12.326	12.729	OUTRAS MERCADORIAS	6.232	7.749	8.828	6.960
OUTROS PROVEITOS E GANHOS	10		111	56			FORNECIMENTO E SERV. EXTERNOS	56.283	49.687	47.961	52.257
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS							IMPOSTO ESPECIAL CONSUMO	14.337	12.535	13.086	13.878
DIVERSOS			1	848	359		CUSTOS COM O PESSOAL	139.010	138.746	128.798	118.063
							OUTROS CUSTOS E PERDAS	306	309	50	50
							CUSTOS PERDAS FINANCEIROS	15.946	17.113	15.357	15.848
							CUSTOS PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	662	344		21
Total de Proveitos e Ganhos (a)	601.936	563.890	594.046	629.915	693.742	631.281	Total de Custos e Perdas (b)	586.729	555.507	562.018	577.229
	6,7%	-5,1%	-5,7%	-9,2%	9,9%			5,6%	-1,2%	-2,6%	-9,6%
							RESULTADOS ANTES IMPOSTOS (a-b)	15.207	8.383	32.028	52.686
								81,4%	-73,0%	-39,2%	-4,6%

SOLAR DO PORTO												
VENDAS	56.766	78.596	83.386	73.468	46.003	38.123	CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS	57.735	71.222	79.251	81.711	
VINHOS	39.882	46.334	55.252	47.844	40.837	32.590	VINHOS	50.006	53.485	67.157	64.341	
PUBLICAÇÕES	1.377	1.822	2.327	3.386	2.463	2.815	PUBLICAÇÕES	1.065	1.136	1.568	2.150	
OUTRAS MERCADORIAS	15.507	30.439	25.808	22.238	2.702	2.718	OUTRAS MERCADORIAS	6.665	16.601	10.526	15.221	
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	99.399	106.492	117.170	126.079	99.637	64.596	FORNECIMENTO E SERV. EXTERNOS	40.240	34.848	43.701	43.721	
VINHO DO PORTO SERVIDO	54.937	57.113	74.037	67.399	56.499	41.860	IMPOSTO ESPECIAL CONSUMO	1.779	1.971	2.040	1.819	
APERITIVOS E DIVERSOS	44.462	49.379	43.133	58.679	43.138	22.736	CUSTOS COM O PESSOAL	115.199	106.441	116.538	113.226	
OUTROS PROVEITOS E GANHOS	21	102	115	154	155	618	OUTROS CUSTOS E PERDAS	576	629	593	1.065	
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS			4	21	14	41	CUSTOS PERDAS FINANCEIROS	2.236	3.113	3.600	3.025	
DIVERSOS			0	277	339		CUSTOS PERDAS EXTRAORDINÁRIOS		13	726		
Total de Proveitos e Ganhos (a)	156.185	185.190	200.675	199.721	145.809	103.378	Total de Custos e Perdas (b)	217.766	218.237	246.449	244.568	
	-15,7%	-7,7%	0,5%	37,0%	41,0%			-0,2%	-11,4%	0,8%	10,1%	
							RESULTADOS ANTES IMPOSTOS (a-b)	-61.581	-33.048	-45.773	-44.847	
								66,3%	-27,8%	2,1%	-41,3%	

SOLAR DE LISBOA												
VENDAS	239.318	255.800	222.840	170.790	154.130	126.748	CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS	184.657	183.338	164.828	133.000	
VINHOS	208.761	226.625	196.539	163.776	146.093	122.553	VINHOS	173.841	175.080	154.881	129.190	
PUBLICAÇÕES	2.786	4.755	5.921	2.846	3.763	857	PUBLICAÇÕES	1.738	2.485	3.224	1.505	
OUTRAS MERCADORIAS	27.771	24.420	20.381	4.168	4.273	3.337	OUTRAS MERCADORIAS	9.078	5.773	6.723	2.305	
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	249.603	172.671	153.229	121.868	117.451	85.980	FORNECIMENTO E SERV. EXTERNOS	114.241	71.691	65.968	65.150	
VINHO DO PORTO SERVIDO	128.164	98.279	100.641	83.424	79.786	69.546	IMPOSTO ESPECIAL CONSUMO	6.124	6.822	5.840	4.676	
APERITIVOS E DIVERSOS	121.439	74.391	52.588	38.444	37.665	16.434	CUSTOS COM O PESSOAL	126.472	131.727	139.437	135.758	
OUTROS PROVEITOS E GANHOS			215	9	303	219	OUTROS CUSTOS E PERDAS	1.093	956	440	770	
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	17	17	57	51	53	59	CUSTOS PERDAS FINANCEIROS	10.517	8.810	8.302	7.245	
DIVERSOS	3.388	1.350	1.936	97	808		CUSTOS PERDAS EXTRAORDINÁRIOS		260	97		
Total de Proveitos e Ganhos (a)	488.937	428.487	376.341	292.717	271.937	213.005	Total de Custos e Perdas (b)	443.104	403.602	384.913	346.599	
	14,1%	13,9%	28,6%	7,6%	27,7%			9,8%	4,9%	11,1%	5,3%	
							RESULTADOS ANTES IMPOSTOS (a-b)	45.833	24.885	-8.572	-53.882	
								84,2%	-300,3%	-84,1%	-5,9%	

LOJA DO PORTO												
VENDAS	196.136	182.657	199.160	227.119	296.272	199.274	CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS	116.947	109.906	118.698	136.101	
VINHOS	186.131	169.719	183.250	215.894	279.661	189.016	VINHOS	112.382	103.838	110.542	128.776	
PUBLICAÇÕES	3.267	3.153	4.887	6.478	11.205	5.032	PUBLICAÇÕES	1.637	1.727	2.923	4.227	
OUTRAS MERCADORIAS	6.738	9.785	11.023	4.746	5.406	5.226	OUTRAS MERCADORIAS	2.928	4.341	5.233	3.098	
OUTROS PROVEITOS E GANHOS							FORNECIMENTO E SERV. EXTERNOS	24.330	19.017	18.645	18.073	
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS							IMPOSTO ESPECIAL CONSUMO	4.920	4.073	4.496	5.479	
DIVERSOS				848			CUSTOS COM O PESSOAL	60.502	64.646	63.887	59.807	
							OUTROS CUSTOS E PERDAS	72			50	
							CUSTOS PERDAS FINANCEIROS	4.721	4.271	4.737	5.612	
							CUSTOS PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	29			21	
Total de Proveitos e Ganhos (a)	196.136	182.657	199.160	227.119	296.272	199.274	Total de Custos e Perdas (b)	211.522	201.913	210.463	225.144	
	7,4%	-8,3%	-12,3%	-23,3%	48,7%			4,8%	-4,1%	-6,5%	-17,6%	
							RESULTADOS ANTES IMPOSTOS (a-b)	-15.386	-19.257	-11.303	1.975	
								-20,1%	70,4%	-67,4%	-91,5%	

LOJA DE LISBOA												
VENDAS	405.790	381.233	394.774	401.892	397.112	432.007	CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS	243.238	227.176	237.809	241.010	
VINHOS	393.851	367.934	380.172	391.436	381.789	420.780	VINHOS	238.348	222.068	230.335	233.518	
PUBLICAÇÕES	3.461	2.971	7.864	4.918	8.403	3.724	PUBLICAÇÕES	1.586	1.700	3.878	3.630	
OUTRAS MERCADORIAS	8.478	10.328	6.738	5.538	6.920	7.503	OUTRAS MERCADORIAS	3.304	3.408	3.596	3.862	
OUTROS PROVEITOS E GANHOS	10		111	56			FORNECIMENTO E SERV. EXTERNOS	31.953	30.670	29.316	34.184	
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS							IMPOSTO ESPECIAL CONSUMO	9.417	8.462	8.590	8.399	
DIVERSOS			1		359		CUSTOS COM O PESSOAL	78.508	74.100	64.911	58.255	
							OUTROS CUSTOS E PERDAS	234		309		
							CUSTOS PERDAS FINANCEIROS	11.225	12.842	10.620	10.236	
							CUSTOS PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	633	344			
Total de Proveitos e Ganhos (a)	405.800	381.233	394.885	401.948	397.112	432.007	Total de Custos e Perdas (b)	375.207	353.594	351.555	352.085	
	6,4%	-3,5%	-1,8%	1,2%	-8,1%			6,1%	0,6%	-0,2%	-3,6%	
							RESULTADOS ANTES IMPOSTOS (a-b)	30.593	27.639	43.330	49.864	
								10,7%	-36,2%	-13,1%	57,2%	